

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	13
Demonstração do Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	24
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	25
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	26
Demonstração do Valor Adicionado	27

Relatório da Administração	29
----------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	87
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.889.840
Preferenciais	5.520.858
Total	8.410.698
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/07/2018	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/07/2018	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2018	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2018	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2019	Ordinária		0,02000
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2019	Preferencial		0,02000
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2019	Ordinária		0,02000
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2019	Preferencial		0,02000
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2018	Dividendo	30/08/2018	Ordinária		0,19920
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2018	Dividendo	30/08/2018	Preferencial		0,19920
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2018	Ordinária		0,00960
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2018	Preferencial		0,00960
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2019	Ordinária		0,00810
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2019	Preferencial		0,00810
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2019	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2019	Ordinária		0,31110
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2019	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2019	Preferencial		0,31110
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2019	Dividendo	07/03/2019	Ordinária		0,45320

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2019	Dividendo	07/03/2019	Preferencial		0,45320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	58.420.000	56.494.000	49.944.000
1.01	Ativo Circulante	2.550.000	2.425.000	2.469.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	936.000	71.000	666.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.030.000	1.439.000	310.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.030.000	995.000	310.000
1.01.02.01.03	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	1.030.000	995.000	310.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	444.000	0
1.01.02.02.02	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	0	444.000	0
1.01.03	Contas a Receber	270.000	656.000	1.006.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	270.000	656.000	1.006.000
1.01.03.02.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	270.000	656.000	1.006.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	295.000	256.000	485.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	295.000	256.000	485.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.000	3.000	2.000
1.01.08.03	Outros	19.000	3.000	2.000
1.02	Ativo Não Circulante	55.870.000	54.069.000	47.475.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	961.000	862.000	721.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	920.000	822.000	683.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	920.000	822.000	683.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	41.000	40.000	38.000
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	37.000	36.000	34.000
1.02.01.10.04	Outros Ativos	4.000	4.000	4.000
1.02.02	Investimentos	54.810.000	53.119.000	46.669.000
1.02.02.01	Participações Societárias	54.810.000	53.119.000	46.669.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.027.000	2.207.000	2.094.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	52.783.000	50.912.000	44.575.000
1.02.03	Imobilizado	99.000	88.000	85.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	99.000	88.000	85.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	58.420.000	56.494.000	49.944.000
2.01	Passivo Circulante	456.000	2.108.000	2.319.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.000	22.000	286.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.000	22.000	286.000
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	7.000	22.000	286.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.000	501.000	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	501.000	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	501.000	0
2.01.04.02	Debêntures	28.000	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	421.000	1.585.000	2.033.000
2.01.05.02	Outros	421.000	1.585.000	2.033.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	408.000	1.334.000	2.028.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	13.000	251.000	5.000
2.02	Passivo Não Circulante	2.821.000	2.460.000	825.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.180.000	1.208.000	0
2.02.01.02	Debêntures	1.180.000	1.208.000	0
2.02.02	Outras Obrigações	296.000	0	0
2.02.02.02	Outros	296.000	0	0
2.02.02.02.03	Outros Passivos	296.000	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	60.000	8.000	4.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.000	8.000	4.000
2.02.04	Provisões	1.285.000	1.244.000	821.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.285.000	1.244.000	821.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.285.000	1.244.000	821.000
2.03	Patrimônio Líquido	55.143.000	51.926.000	46.800.000
2.03.01	Capital Social Realizado	43.515.000	37.145.000	36.405.000
2.03.02	Reservas de Capital	627.000	713.000	497.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	4.000	4.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	620.000	706.000	678.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	0	-204.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	1.000	1.000	18.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.000	6.000	6.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.706.000	15.685.000	11.764.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.746.000	1.374.000	954.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.531.000	9.309.000	9.568.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	6.429.000	5.002.000	1.242.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.711.000	-1.623.000	-1.872.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	9.374.000	8.045.000	7.939.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.000	-53.000	-43.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	38.000	23.000	24.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-308.000	-308.000	-288.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-308.000	-308.000	-288.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.724.000	8.383.000	8.246.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.374.000	8.045.000	7.939.000
3.06	Resultado Financeiro	18.000	-30.000	67.000
3.06.01	Receitas Financeiras	270.000	145.000	146.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-252.000	-175.000	-79.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.392.000	8.015.000	8.006.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	44.000	129.000	205.000
3.08.01	Corrente	-3.000	-5.000	6.000
3.08.02	Diferido	47.000	134.000	199.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.436.000	8.144.000	8.211.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.436.000	8.144.000	8.211.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,13000	0,99000	1,00909
3.99.01.02	PN	1,13000	0,99000	1,00909
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,13000	0,99000	1,00909
3.99.02.02	PN	1,13000	0,99000	1,00909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	9.436.000	8.144.000	8.211.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-88.000	249.000	-763.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-102.000	242.000	-741.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	14.000	7.000	-22.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.348.000	8.393.000	7.448.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-969.000	196.000	40.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.000	112.000	-10.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	9.436.000	8.144.000	8.211.000
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.724.000	-8.383.000	-8.246.000
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-47.000	-134.000	-199.000
6.01.01.04	Provisões	188.000	351.000	169.000
6.01.01.05	Variações Monetárias Líquidas	34.000	131.000	52.000
6.01.01.06	Resultado na Venda de Investimento	121.000	0	0
6.01.01.08	Depreciação e Amortização	3.000	3.000	3.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-895.000	147.000	50.000
6.01.02.01	Redução em Ativos Financeiros	38.000	231.000	-28.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	-27.000	244.000	0
6.01.02.03	Redução em Demais Ativos	343.000	313.000	321.000
6.01.02.04	Redução em Obrigações Fiscais	-15.000	-263.000	0
6.01.02.05	Redução em Demais Passivos	-1.234.000	-378.000	-243.000
6.01.03	Outros	-85.000	-63.000	0
6.01.03.01	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-85.000	-63.000	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.304.000	1.079.000	2.842.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	0	-2.954.000	0
6.02.02	Venda de Investimentos	98.000	2.000	0
6.02.03	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-14.000	-6.000	-5.000
6.02.04	Resgate de Debêntures	442.000	0	0
6.02.05	Recebimento de Juros sobre Debêntures	16.000	31.000	0
6.02.06	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	7.762.000	4.006.000	2.847.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.470.000	-1.870.000	-3.018.000
6.03.01	Integralização de Capital	664.000	68.000	0
6.03.02	Operação de Mútuo	0	498.000	0
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-520.000	-200.000	0
6.03.04	Emissão de Debêntures	0	1.200.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.03.05	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	20.000	200.000	0
6.03.06	Aquisição de Ações para Tesouraria	-32.000	-449.000	-204.000
6.03.07	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-6.602.000	-3.187.000	-2.814.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	865.000	-595.000	-136.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	71.000	666.000	802.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	936.000	71.000	666.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.145.000	719.000	15.685.000	0	-1.623.000	51.926.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.145.000	719.000	15.685.000	0	-1.623.000	51.926.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.370.000	-86.000	-3.573.000	-8.842.000	0	-6.131.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.370.000	0	0	0	0	1.370.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-32.000	0	0	0	-32.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.264.000	0	-2.264.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-149.000	0	-149.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	32.000	-32.000	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	6.429.000	-6.429.000	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	0	0	-5.002.000	0	0	-5.002.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-86.000	31.000	0	0	-55.000
5.04.13	Aumento de Capital com Reservas	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0
5.04.14	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	0	0	1.000	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.436.000	-88.000	9.348.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.436.000	0	9.436.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-88.000	-88.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	594.000	-594.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	594.000	-594.000	0	0
5.07	Saldos Finais	43.515.000	633.000	12.706.000	0	-1.711.000	55.143.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-606.000	0	-323.000	-929.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.405.000	503.000	11.764.000	0	-1.872.000	46.800.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	740.000	216.000	3.073.000	-7.296.000	0	-3.267.000
5.04.01	Aumentos de Capital	740.000	0	0	0	0	740.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-449.000	0	0	0	-449.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-448.000	0	-448.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.846.000	0	-1.846.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	653.000	-653.000	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	5.002.000	-5.002.000	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	0	0	-1.242.000	0	0	-1.242.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	11.000	-34.000	0	0	-23.000
5.04.12	Ágio na Emissão de Ações	0	1.000	0	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.144.000	249.000	8.393.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.144.000	0	8.144.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	249.000	249.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	848.000	-848.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	848.000	-848.000	0	0
5.07	Saldos Finais	37.145.000	719.000	15.685.000	0	-1.623.000	51.926.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.080.000	-151.000	-4.180.000	-4.315.000	0	-4.566.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.080.000	0	-4.080.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-204.000	0	0	0	-204.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-444.000	0	-444.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.629.000	0	-2.629.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	33.000	-33.000	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	20.000	-591.000	0	0	-571.000
5.04.12	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	1.242.000	-1.242.000	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.211.000	-763.000	7.448.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.211.000	0	8.211.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-763.000	-763.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.896.000	-3.896.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.896.000	-3.896.000	0	0
5.07	Saldos Finais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-190.000	-51.000	-31.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.000	-51.000	-31.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-121.000	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-190.000	-51.000	-31.000
7.04	Retenções	-3.000	-3.000	-3.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.000	-3.000	-3.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-193.000	-54.000	-34.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.154.000	8.715.000	8.416.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.724.000	8.383.000	8.246.000
7.06.02	Receitas Financeiras	270.000	145.000	146.000
7.06.03	Outros	160.000	187.000	24.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.961.000	8.661.000	8.382.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.961.000	8.661.000	8.382.000
7.08.01	Pessoal	12.000	7.000	8.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.000	7.000	8.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	267.000	348.000	84.000
7.08.02.01	Federais	267.000	348.000	84.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	246.000	162.000	79.000
7.08.03.01	Juros	246.000	162.000	79.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.436.000	8.144.000	8.211.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.914.000	7.072.000	3.871.000
7.08.04.02	Dividendos	1.928.000	224.000	444.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	594.000	848.000	3.896.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	66.206.000	64.275.000	58.091.000
1.01	Ativo Circulante	6.328.000	5.779.000	6.344.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.421.000	1.218.000	2.434.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.030.000	1.439.000	310.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.030.000	995.000	310.000
1.01.02.01.03	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	1.030.000	995.000	310.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	444.000	0
1.01.03	Contas a Receber	1.215.000	1.091.000	934.000
1.01.03.01	Clientes	1.215.000	1.091.000	934.000
1.01.04	Estoques	798.000	839.000	907.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	462.000	445.000	636.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	462.000	445.000	636.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	402.000	747.000	1.123.000
1.01.08.03	Outros	402.000	747.000	1.123.000
1.01.08.03.01	Outros Ativos Financeiros	394.000	725.000	1.109.000
1.01.08.03.03	Outros Ativos Não Financeiros	8.000	22.000	14.000
1.02	Ativo Não Circulante	59.878.000	58.496.000	51.747.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.286.000	3.234.000	2.875.000
1.02.01.06	Ativos Biológicos	1.565.000	1.699.000	1.529.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.294.000	1.158.000	961.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.294.000	1.158.000	961.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	427.000	377.000	385.000
1.02.01.10.03	Outros Ativos Financeiros	364.000	331.000	314.000
1.02.01.10.04	Outros Ativos Não Financeiros	63.000	46.000	71.000
1.02.02	Investimentos	52.831.000	50.934.000	44.593.000
1.02.02.01	Participações Societárias	52.831.000	50.934.000	44.593.000
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	52.831.000	50.934.000	44.593.000
1.02.03	Imobilizado	3.338.000	3.669.000	3.742.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.338.000	3.669.000	3.742.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.04	Intangível	423.000	659.000	537.000
1.02.04.01	Intangíveis	423.000	659.000	537.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	66.206.000	64.275.000	58.091.000
2.01	Passivo Circulante	2.383.000	3.290.000	3.711.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.000	168.000	367.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	55.000	168.000	367.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.000	28.000	44.000
2.01.03.01.02	Outras	29.000	140.000	323.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	713.000	1.058.000	780.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	705.000	1.050.000	780.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	345.000	788.000	311.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	360.000	262.000	469.000
2.01.04.02	Debêntures	8.000	8.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.615.000	2.064.000	2.564.000
2.01.05.02	Outros	1.615.000	2.064.000	2.564.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	772.000	1.377.000	2.032.000
2.01.05.02.04	Outros Passivos	843.000	687.000	532.000
2.02	Passivo Não Circulante	5.744.000	6.066.000	4.630.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.358.000	3.698.000	2.932.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.158.000	2.498.000	2.932.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.158.000	2.127.000	2.340.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	371.000	592.000
2.02.01.02	Debêntures	1.200.000	1.200.000	0
2.02.02	Outras Obrigações	476.000	456.000	206.000
2.02.02.02	Outros	476.000	456.000	206.000
2.02.02.02.03	Outros Passivos	476.000	456.000	206.000
2.02.03	Tributos Diferidos	462.000	496.000	496.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	462.000	496.000	496.000
2.02.04	Provisões	1.448.000	1.416.000	996.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.448.000	1.416.000	996.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.366.000	1.297.000	889.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	69.000	87.000	85.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.000	32.000	22.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	58.079.000	54.919.000	49.750.000
2.03.01	Capital Social Realizado	43.515.000	37.145.000	36.405.000
2.03.02	Reservas de Capital	627.000	713.000	497.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	4.000	4.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	620.000	706.000	678.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	0	-204.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	1.000	1.000	18.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.000	6.000	6.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.706.000	15.685.000	11.764.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.746.000	1.374.000	954.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.531.000	9.309.000	9.568.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	6.429.000	5.002.000	1.242.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.711.000	-1.623.000	-1.872.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.936.000	2.993.000	2.950.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.375.000	4.969.000	4.687.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.011.000	-3.674.000	-3.641.000
3.03	Resultado Bruto	1.364.000	1.295.000	1.046.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.563.000	7.028.000	7.182.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-721.000	-686.000	-629.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-319.000	-322.000	-307.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	133.000	133.000	133.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-67.000	-394.000	-594.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-310.000	-310.000	-290.000
3.04.05.02	Outras	243.000	-84.000	-304.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.537.000	8.297.000	8.579.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.927.000	8.323.000	8.228.000
3.06	Resultado Financeiro	-108.000	-214.000	-191.000
3.06.01	Receitas Financeiras	441.000	387.000	385.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-549.000	-601.000	-576.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.819.000	8.109.000	8.037.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-109.000	154.000	179.000
3.08.01	Corrente	-329.000	-65.000	-75.000
3.08.02	Diferido	220.000	219.000	254.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.710.000	8.263.000	8.216.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	9.710.000	8.263.000	8.216.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.436.000	8.144.000	8.211.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	274.000	119.000	5.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,13000	0,99000	1,11000
3.99.01.02	PN	1,13000	0,99000	1,11000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,13000	0,99000	1,11000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.99.02.02	PN	1,13000	0,99000	1,11000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	9.710.000	8.263.000	8.216.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-88.000	249.000	-763.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-102.000	242.000	-743.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	14.000	7.000	-20.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	9.622.000	8.512.000	7.453.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.348.000	8.393.000	7.448.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	274.000	119.000	5.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-662.000	669.000	475.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.151.000	1.187.000	891.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	9.710.000	8.263.000	8.216.000
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.537.000	-8.297.000	-8.579.000
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-220.000	-219.000	-254.000
6.01.01.04	Provisões	223.000	205.000	194.000
6.01.01.05	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	245.000	487.000	478.000
6.01.01.06	Depreciação, Amortização e Exaustão	825.000	592.000	645.000
6.01.01.07	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-148.000	-215.000	-158.000
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.000	13.000	48.000
6.01.01.09	Resultado na Venda de Investimentos	-501.000	0	0
6.01.01.11	Outros	539.000	358.000	301.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.141.000	-134.000	-70.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	37.000	230.000	-28.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes	-262.000	-194.000	14.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Estoques	-43.000	89.000	61.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	-25.000	257.000	-21.000
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Demais Ativos	355.000	-105.000	-289.000
6.01.02.06	Redução em Obrigações Fiscais	-89.000	-210.000	89.000
6.01.02.07	Redução em Demais Passivos	-1.114.000	-201.000	104.000
6.01.03	Outros	-672.000	-384.000	-346.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-331.000	-46.000	-15.000
6.01.03.02	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-341.000	-338.000	-331.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.349.000	696.000	2.292.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-42.000	-3.004.000	-131.000
6.02.02	Venda de Investimentos	98.000	2.000	0
6.02.03	Recebimento de Juros sobre Debêntures	16.000	31.000	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos	-464.000	-399.000	-404.000
6.02.05	Venda de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos	561.000	53.000	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02.06	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	7.738.000	4.004.000	2.827.000
6.02.07	Recebimento de Precatório	0	9.000	0
6.02.09	Resgate de Debêntures	442.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.488.000	-2.583.000	-2.499.000
6.03.01	Integralização de Capital	664.000	68.000	20.000
6.03.02	Aquisição de Ações em Tesouraria	-30.000	-449.000	-204.000
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-6.644.000	-3.190.000	-2.900.000
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	431.000	751.000	2.162.000
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-909.000	-963.000	-1.406.000
6.03.06	Emissão de Debêntures	0	1.200.000	0
6.03.07	Amortização de Debêntures	0	0	-153.000
6.03.08	Pagamento aos acionistas Dissidentes	0	0	-18.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	4.000	2.000	-8.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.203.000	-1.216.000	260.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.218.000	2.434.000	2.174.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.421.000	1.218.000	2.434.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.145.000	719.000	15.685.000	0	-1.623.000	51.926.000	2.993.000	54.919.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.145.000	719.000	15.685.000	0	-1.623.000	51.926.000	2.993.000	54.919.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.370.000	-86.000	-3.573.000	-8.842.000	0	-6.131.000	-331.000	-6.462.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.370.000	0	0	0	0	1.370.000	0	1.370.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-32.000	0	0	0	-32.000	0	-32.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.264.000	0	-2.264.000	0	-2.264.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-149.000	0	-149.000	-346.000	-495.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	32.000	-32.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	6.429.000	-6.429.000	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	0	0	-5.002.000	0	0	-5.002.000	0	-5.002.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-86.000	31.000	0	0	-55.000	0	-55.000
5.04.13	Aumento de Capital com Reservas	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0	0	0
5.04.14	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	0	0	1.000	0	0	1.000	0	1.000
5.04.18	Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	15.000	15.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.436.000	-88.000	9.348.000	274.000	9.622.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.436.000	0	9.436.000	274.000	9.710.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-88.000	-88.000	0	-88.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	594.000	-594.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	594.000	-594.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	43.515.000	633.000	12.706.000	0	-1.711.000	55.143.000	2.936.000	58.079.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000	2.950.000	50.679.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-606.000	0	-323.000	-929.000	0	-929.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.405.000	503.000	11.764.000	0	-1.872.000	46.800.000	2.950.000	49.750.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	740.000	216.000	3.073.000	-7.296.000	0	-3.267.000	-76.000	-3.343.000
5.04.01	Aumentos de Capital	740.000	0	0	0	0	740.000	0	740.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-449.000	0	0	0	-449.000	0	-449.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-448.000	0	-448.000	-39.000	-487.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.846.000	0	-1.846.000	0	-1.846.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	653.000	-653.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	5.002.000	-5.002.000	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	0	0	-1.242.000	0	0	-1.242.000	0	-1.242.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	11.000	-34.000	0	0	-23.000	0	-23.000
5.04.12	Ágio na Emissão de Ações	0	1.000	0	0	0	1.000	0	1.000
5.04.18	Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-37.000	-37.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.144.000	249.000	8.393.000	119.000	8.512.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.144.000	0	8.144.000	119.000	8.263.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	249.000	249.000	0	249.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	848.000	-848.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	848.000	-848.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.145.000	719.000	15.685.000	0	-1.623.000	51.926.000	2.993.000	54.919.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.080.000	-151.000	-4.180.000	-4.315.000	0	-4.566.000	-79.000	-4.645.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.080.000	0	-4.080.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-204.000	0	0	0	-204.000	0	-204.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-444.000	0	-444.000	0	-444.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.629.000	0	-2.629.000	0	-2.629.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	33.000	-33.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	20.000	-591.000	0	0	-571.000	0	-571.000
5.04.11	Redução da Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-79.000	-79.000
5.04.12	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	1.242.000	-1.242.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.211.000	-763.000	7.448.000	5.000	7.453.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.211.000	0	8.211.000	5.000	8.216.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-763.000	-763.000	0	-763.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.896.000	-3.896.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.896.000	-3.896.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000	2.950.000	50.679.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	7.326.000	6.366.000	5.929.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.667.000	6.247.000	5.866.000
7.01.02	Outras Receitas	674.000	132.000	111.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-15.000	-13.000	-48.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.652.000	-4.100.000	-4.040.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.495.000	-3.391.000	-3.138.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-812.000	-709.000	-902.000
7.02.04	Outros	-345.000	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.674.000	2.266.000	1.889.000
7.04	Retenções	-825.000	-592.000	-645.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-825.000	-592.000	-645.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.849.000	1.674.000	1.244.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.144.000	8.869.000	8.990.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.537.000	8.297.000	8.579.000
7.06.02	Receitas Financeiras	441.000	387.000	387.000
7.06.03	Outros	166.000	185.000	24.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.993.000	10.543.000	10.234.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.993.000	10.543.000	10.234.000
7.08.01	Pessoal	857.000	831.000	791.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	691.000	668.000	627.000
7.08.01.02	Benefícios	123.000	120.000	119.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	42.000	42.000	43.000
7.08.01.04	Outros	1.000	1.000	2.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	902.000	870.000	674.000
7.08.02.01	Federais	876.000	804.000	522.000
7.08.02.02	Estaduais	16.000	51.000	141.000
7.08.02.03	Municipais	10.000	15.000	11.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	524.000	579.000	553.000
7.08.03.01	Juros	523.000	575.000	553.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.03.02	Aluguéis	1.000	4.000	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.710.000	8.263.000	8.216.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.076.000	7.072.000	3.871.000
7.08.04.02	Dividendos	2.766.000	224.000	444.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	594.000	848.000	3.896.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	274.000	119.000	5.000

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) relativos ao quarto trimestre de 2018 (4T18) e ao exercício de 2018, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis foram examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalvas, bem como o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas na CVM e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Adoção do CPC 47 e CPC 48

Para melhor comparabilidade, as informações de 2017 foram ajustadas com os efeitos decorrentes da adoção do CPC 47 (receita de contrato com cliente) e CPC 48 (instrumentos financeiros). Para detalhamento, vide Nota Explicativa 2.2 das Demonstrações Contábeis da Itaúsa.

1. AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global, segundo estimativas do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgadas em janeiro de 2019, deve apresentar expansão de 3,7% em 2018, a despeito do desempenho mais fraco em algumas economias relevantes, notadamente na Europa e na Ásia. Expectativas no Itaú BBA, de 06.02.2019, corroboram esse cenário, apontando para crescimento de 2,7% da economia norte-americana no acumulado de quatro trimestres até setembro de 2018, evoluindo em relação aos 2,2% verificados em 2017. Na Zona do Euro, o crescimento foi de 1,8% em 2018, após 2,4% verificados em 2017. Na China, o crescimento arrefeceu para 6,6% em 2018. Para 2019, o Fundo prevê, ainda, uma desaceleração do PIB global devido a projeção de crescimento mais fraco das economias mais ricas bem como menor expansão em mercados emergentes e economias em desenvolvimento, refletindo contrações na Argentina e na Turquia.

No cenário doméstico, o PIB avançou 1,0% em 2017 e deve progredir 1,3% em 2018, segundo último dado disponível do Boletim Focus publicado pelo Banco Central. Esse resultado configura melhora em relação ao observado entre 2015 e 2016, anos marcados por contração econômica. Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego medida pela PNAD-Contínua encontra-se em 11,6% no trimestre terminado em dezembro de 2018, ante 11,8% no mesmo período do ano anterior. A inflação medida pelo IPCA atingiu variação de 3,75% em 2018, ante 2,9% em 2017, porém abaixo do centro da meta de 2018. A inflação corrente bem controlada e a atividade econômica aquém do esperado permitiram flexibilização da política monetária e devem favorecer a manutenção das taxas de juros em patamares baixos. Em outubro de 2016, o BACEN iniciou um ciclo de cortes de juros e, desde então, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% para os atuais 6,5% ao ano e não deve ser superior a 8% até 2022, segundo expectativas retratadas no Boletim Focus de 08.02.2019.

2. DESTAQUES ITAÚSA

Sustentabilidade

A Itaúsa acredita que um dos direcionadores na busca pela criação de valor de longo prazo é a gestão sustentável e responsável dos seus negócios e das empresas investidas. Nesse sentido, a Companhia, ao atuar por meio de seus representantes nos Conselhos de Administração e/ou Comitês, influencia e direciona o desenvolvimento de boas práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) em seu portfólio de investimentos. Como exemplo deste compromisso, destacamos alguns reconhecimentos recebidos pela Companhia e pelas empresas investidas:

Relatório da Administração

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – Foram selecionadas novamente para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 de 2019, a Itaúsa, pelo 12º ano, o Itaú Unibanco, pelo 14º ano consecutivo, e a Duratex listada pelo 11º ano consecutivo.

CDP (evento subsequente) – Em janeiro de 2019, a Itaúsa e o Itaú Unibanco foram reconhecidos pelo CDP Latin America como “Líderes em Transparência”, por terem atingido a pontuação A- na edição atual sobre suas práticas desenvolvidas relacionadas às mudanças climáticas. A Duratex também recebeu o mesmo reconhecimento pela sua gestão eficiente de água. Esta foi a primeira vez que o CDP abordou assuntos relacionados às recomendações do documento “Task Force on Climate-related Financial Disclosures” (TCFD), publicado pelo Financial Stability Board em 2017. O CDP foi criado em 2000 e reúne um dos mais completos sistemas globais de divulgação de dados ambientais.

Dow Jones Sustainability World Index (DJSI) – Em 2018, a Itaúsa, pelo 15º ano, e o Itaú Unibanco, pelo 19º ano consecutivo, foram selecionados para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal *ranking* de sustentabilidade empresarial do mundo, ambos atingindo nota máxima em seis quesitos. Em sua edição 2018/2019, a carteira é integrada por 317 empresas de 30 países, das quais apenas 7 brasileiras – entre elas a Itaúsa e o Itaú Unibanco.

Governança Corporativa

A Itaúsa procura aprimorar continuamente sua governança corporativa e a das empresas em que investe. Através de representantes nos órgãos de governança das companhias do conglomerado, a Itaúsa exerce influência e dissemina seus valores, zelando pela transparência e as boas práticas internacionais.

Em 2018, a governança corporativa da Itaúsa foi fortalecida com a instalação do **Conselho Fiscal de forma permanente** (instalado ininterruptamente desde 1995) e pela criação de **novas políticas, como a de Transações com Partes Relacionadas, de Governança Corporativa e a de Relacionamento com Entidades Privadas e Agentes Públicos e de Prevenção à Corrupção**. O segundo semestre de 2018 foi marcado pelo **relançamento do Código de Conduta**, com implantação de canal de denúncias independente.

As companhias investidas também registraram importantes avanços. A semelhança de Itaúsa, o **Itaú Unibanco** também adotou Conselho Fiscal permanente. Adicionalmente, foram criados o *Digital Advisory Board*, o Conselho Estratégico LatAm e o Comitê de Responsabilidade Social, este com funções de definir estratégias e acompanhar o desempenho de ações relacionadas ao tema. A **Duratex** promoveu reestruturação interna, que incluiu o redesenho de processos e a **Alpargatas** aumentou o número de membros independentes em seu Conselho de Administração e nos Comitês e foi implementado um plano estruturado de sucessão na liderança da Companhia. Roberto Funari, então membro do Conselho de Administração, foi anunciado como presidente em substituição a Márcio Luiz Simões Utsch.

Agradecemos ao Marcio Utsch pelos resultados obtidos ao longo de sua exitosa trajetória de 21 anos na Alpargatas, sendo 15 desses como Diretor Presidente.

Revisão de portfólio

A Itaúsa efetua gestão ativa e eficaz do seu capital priorizando, na alocação de capital, a disciplina na avaliação de oportunidades, a gestão orientada ao aumento das métricas de retorno e acompanhamento do portfólio e o monitoramento periódico do desempenho das companhias investidas.

Como parte desse processo contínuo, a Itaúsa promoveu em 2018 algumas mudanças em seu portfólio de investimentos. Em junho de 2018 foi concluída a venda da participação detida na Elekeiroz e, em dezembro de 2018, a Itaútec realizou a venda da parcela remanescente de 10,3% detida na Oki Brasil. Com essas operações, a Itaúsa deixou de atuar no setor químico e no setor de automação comercial e bancária e de serviços de tecnologia (via Itaútec). Ambos investimentos detidos pela Itaúsa desde a década de 80.

Relatório da Administração

Remuneração aos acionistas

Os proventos líquidos declarados em razão dos resultados de 2018 representam 94,0% do lucro líquido ajustado pela reserva legal¹ do exercício, o que configura um incremento de 24,8% em relação ao ano de 2017, conforme segue:

Remuneração aos Acionistas	Posição acionária	Data do Pagamento	Valor líquido por Ação	Valor Total Bruto (R\$ milhões)	Valor Total Líquido (R\$ milhões)
Dividendos 1º trimestre	30/05/18	02/07/18	0,0150	126	126
Dividendos adicionais	17/08/18	30/08/18	0,1992	1.676	1.676
Juros sobre o Capital Próprio	13/08/18	30/08/18	0,0082	81	69
Dividendos 2º trimestre	31/08/18	01/10/18	0,0150	126	126
Dividendos 3º trimestre	30/11/18	02/01/19	0,0200	168	168
Dividendos 4º trimestre	28/02/19	01/04/19	0,0200	168	168
Juros sobre o Capital Próprio	17/12/18	07/03/19	0,0069	68	58
Juros sobre o Capital Próprio ³	21/02/19	07/03/19	0,2644	2.617	2.224
Dividendos adicionais ³	21/02/19	07/03/19	0,4532	3.812	3.812
Total 2018			1,0019	8.842	8.427
Total 2017²			0,8029		
Lucro líquido 2018					8.964
Payout 2018					94,0%

¹ Reserva legal: lucro líquido com ajuste de 5%

² Ajustado pela bonificação ocorrida em 24 de maio de 2018

³ Aprovados na RCA de 18.02.2019

Aumento do dividendo trimestral

A partir do dividendo pago em 02.01.2019, referente ao terceiro trimestre de 2018, acionistas da companhia passaram a receber R\$ 0,02 por ação como dividendo trimestral valor 33,3% superior aos R\$ 0,015 praticados anteriormente. A deliberação ocorreu na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12.11.2018.

Recompra de ações próprias

No âmbito do programa de recompra de ações em vigor em 2018, foram adquiridas 3,5 milhões de ações preferenciais de emissão própria, pelo montante médio de R\$ 32,3 milhões, mantidas em tesouraria e canceladas em sua totalidade em 2018. Atualmente, a Itaúsa não possui saldo de ações próprias em tesouraria

Término do usufruto de parte das ações detidas pela IUPAR

Em novembro de 2008, por ocasião da associação entre Itaú e Unibanco, a Itaúsa e a família Moreira Salles conferiram à IUPAR (empresa constituída para controle do Itaú Unibanco) ações do capital do Itaú Unibanco, com reserva de usufruto de dividendos/Juros sobre Capital Próprio pelo período de 10 anos, o qual se encerrou em novembro de 2018. A participação indireta da Itaúsa no capital do Itaú Unibanco que estava com reserva de usufruto até nov/2018 representava 15,3%. O impacto financeiro estimado com o recolhimento de PIS/Cofins adicional sobre esta participação, em 2019 é de ~R\$ 120 milhões (efeito caixa).

Relatório da Administração

3. DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA¹

A Itaúsa tem seu resultado composto essencialmente pela equivalência patrimonial, apurada a partir do resultado das empresas que compõem o portfólio. Abaixo estão demonstrados os resultados da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na tabela Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente).

¹. Referente as Demonstrações Contábeis Completas Individual

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL	R\$ milhões					
	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
SETOR FINANCEIRO	2.555	1.990	28,4%	9.394	8.868	5,9%
SETOR NÃO FINANCEIRO	194	166	16,6%	362	304	18,9%
ALPARGATAS	1	48	-97,9%	11	48	-77,1%
DURATEX	55	52	5,0%	99	66	49,1%
ITAUTEC	(4)	(6)	33,3%	(7)	(23)	69,6%
NTS ^{(1) (2)}	142	72	97,2%	259	213	21,6%
OUTRAS EMPRESAS ⁽³⁾	3	11	-72,7%	34	33	3,0%
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL RECORRENTE + DIVIDENDOS/JCP + JUROS S/ DEBÊNTURES	2.752	2.167	27,0%	9.790	9.205	6,4%
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS	(19)	(42)	54,8%	(88)	(68)	-29,4%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(23)	(11)	-109,1%	(80)	(53)	-50,9%
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(15)	(5)	-200,0%	(308)	(308)	0,0%
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	1	4	-75,0%	6	11	-45,5%
RESULTADO PRÓPRIO DA ITAÚSA	(56)	(54)	-3,7%	(470)	(418)	-12,4%
LUCRO ANTES DO IR/CS	2.696	2.113	27,6%	9.320	8.787	6,1%
IR / CS	(7)	151	-104,6%	46	74	-37,8%
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE	2.689	2.264	18,8%	9.366	8.861	5,7%
RESULTADO NÃO RECORRENTE	(182)	(569)	68,0%	70	(717)	109,8%
PRÓPRIO	(38)	(108)	64,8%	(123)	(108)	-13,9%
SETOR FINANCEIRO	(24)	(429)	94,4%	118	(589)	120,0%
SETOR NÃO FINANCEIRO	(120)	(32)	-275,0%	75	(20)	475,0%
LUCRO LÍQUIDO	2.507	1.695	47,9%	9.436	8.144	15,9%

(1) Investimento na NTS não é avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial. ☒

(2) Inclui os dividendos/JCP, ajuste ao valor justo sobre as ações, os juros sobre as debêntures conversíveis em ações e as despesas sobre a parcela a prazo em moeda estrangeira (inclui impacto de variação cambial).

(3) Resultados de equivalência patrimonial das empresas Elekeiroz, Itaúsa Empreendimentos e ITH Zux Cayman.

Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)

As DGAs da Itaúsa, somadas às da estrutura administrativa dedicada à realização das atividades da *holding*, totalizaram R\$ 21 milhões no 4T18, acumulando R\$ 87 milhões em 2018, que representam 0,84% e 0,92% do Lucro Líquido do mesmo período, respectivamente.

Relatório da Administração

PRINCIPAIS INDICADORES DO RESULTADO DA ITAÚSA

	R\$ milhões			R\$ por ação		
	2018	2017	Variação	31/12/2018	31/12/2017	Variação
LUCRATIVIDADE						
Lucro Líquido	9.436	8.144	15,9%	1,13	0,99	13,7%
Lucro Líquido Recorrente	9.366	8.861	5,7%	1,12	1,08	3,8%
BALANÇO PATRIMONIAL						
Ativo Total	58.420	56.494	3,4%	-	-	-
Patrimônio Líquido	55.143	51.926	6,2%	6,56	6,32	3,8%
ROE %						
Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,2%	16,6%	1,6 p.p			
Retorno Recorrente Anualizado sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,1%	18,1%	-			

PRINCIPAIS INDICADORES DE MERCADO

	31/12/2018	31/12/2017	Variação	
Cotação da Ação PN - em R\$ ⁽¹⁾	12,08	9,84	2,24	22,8%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	101.601	80.865	20.737	25,6%
Dividend Yield	7,4%	4,4%	3,0 p.p	

(1) Cotação de fechamento das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).




Obs.: O número total de ações emitidas menos ações em tesouraria e a cotação da ação foram ajustadas para refletir a bonificação de 10% aprovada na RCA de 24 de maio de 2018.

INDICADORES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PORTFÓLIO ITAÚSA

Apresentamos abaixo os principais indicadores das empresas do portfólio Itaúsa extraídos das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS.

Relatório da Administração

R\$ milhões

	Janeiro a Dezembro	Setor Financeiro	Setor Não Financeiro	
				
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2018	171.838	3.905	4.949
	2017	190.103	3.722	3.991
Lucro Líquido ⁽⁶⁾	2018	24.907	332	432
	2017	23.193	362	185
Ativos Totais	2018	1.552.797	3.980	9.622
	2017	1.436.239	3.846	9.465
Patrimônio Líquido ⁽⁶⁾	2018	136.782	2.381	4.634
	2017	131.378	2.186	4.715
ROE sobre o PL Médio (%) ^{(2) (6)}	2018	20,4%	14,9%	8,8%
	2017	19,6%	17,0%	4,0%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2018	55.841	495	1.208
	2017	60.431	553	1.014
Participação Itaúsa ^{(4) (5)}	2018	37,55%	27,55%	36,67%
	2017	37,64%	27,55%	36,68%

(1) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

Alpargatas e Duratex, : Vendas de Produtos e Serviços.

(2) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez + set + jun + mar + dez'17)/5).

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(4) Corresponde a participação direta e indireta no Capital das companhias.

(5) As participações apresentadas consideram o total de ações emitidas menos ações em tesouraria.

(6) O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores

Relatório da Administração

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

	4T18	4T17	Variação	2018	2018	R\$ milhões Variação
Lucro Líquido	2.507	1.695	47,9%	9.436	8.144	15,9%
Inclusão/(Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes D= (A + B + C)	182	569	-68,0%	(70)	717	-109,8%
Próprio (A)	38	108	-64,8%	123	108	13,9%
Alienação de Ações da Elekeiroz	38	-	n.a.	123	-	n.a.
Provisão de Contingência Fiscal	-	108	n.a.	-	108	n.a.
Decorrentes de Participação Acionária no Setor Financeiro (B)	24	429	-94,4%	(118)	589	-120,0%
Movimentação de Ações em Tesouraria	(36)	271	-113,3%	(181)	403	-144,9%
Provisão para Contingências	-	69	n.a.	(34)	123	-127,6%
Provisão para Gastos com a Integração do Citibank	-	103	n.a.	-	103	n.a.
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável	6	3	100,0%	44	57	-22,8%
Teste de Adequação de Passivos	54	(17)	417,6%	54	(17)	417,6%
Alienação das Ações IRB	-	-	n.a.	-	(58)	n.a.
Outros	-	-	n.a.	(1)	(22)	95,5%
Decorrentes de Participação Acionária no Setor não Financeiro (C)	120	32	275,0%	(75)	20	-475,0%
Alpargatas	13	29	-55,2%	(16)	29	-155,2%
Duratex	107	10	970,0%	(59)	(2)	-2850,0%
Outras Empresas	-	(7)	n.a.	-	(7)	n.a.
Lucro Líquido Recorrente	2.689	2.264	18,8%	9.366	8.861	5,7%

3.1. Mercado de Capitais

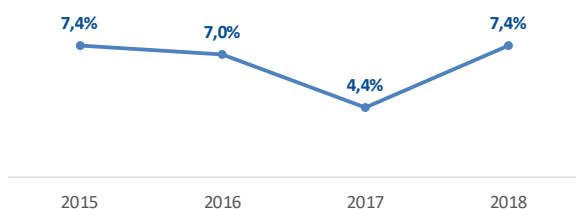
As ações preferenciais da Itaúsa (negociadas na B3 sob o código ITSA4) eram cotadas ao final de dezembro de 2018 a R\$ 12,08 representando valorização de 33,7% nos últimos 12 meses, enquanto o principal índice da B3, o Ibovespa, registrou valorização de 15,0% no mesmo período.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais em 2018 foi de R\$ 228 milhões, com média de 27 mil negócios dia.

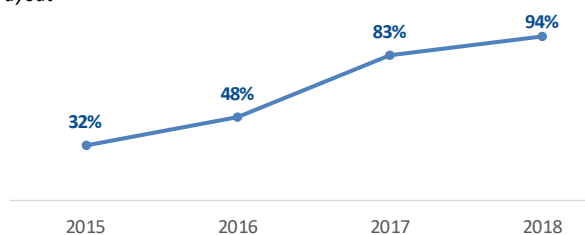
Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia dispunha de 133 mil acionistas, sendo 130 mil acionistas pessoas físicas, montante 83% superior ao verificado no final de dezembro de 2017.

A Itaúsa registrou *Dividend Yield* de 7,4%, resultado do somatório dos Dividendos e JCPs pagos aos acionistas nos últimos 12 meses sobre a cotação de fechamento da ação no ano, enquanto que o *payout* foi 94%.

Dividend Yield



Payout



Desconto Itaúsa

O cálculo do desconto é um indicador da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor teórico obtido através do somatório dos investimentos da *holding* a valores de mercado ('soma das partes'). Em 31 de dezembro de 2018 as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 25,0%, mesmo nível observado ao final de 2017.

A capitalização de mercado ao final de dezembro, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), era de R\$ 101.601 milhões, enquanto que a soma das participações nas empresas investidas a valores de mercado atingiu R\$ 135.544 milhões.

Relatório da Administração

A área de Relações com Investidores divulga mensalmente em seu *website* esse informativo, o qual pode ser recebido por e-mail mediante cadastro em www.itausa.com.br.

4. COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS INVESTIDAS



Itaú Unibanco Holding S.A.

10 anos da fusão

Em 2018 foram celebrados os dez anos da fusão entre o Itaú e o Unibanco, que permitiu alcançar a condição de maior banco privado da América Latina. Antes do encontro de suas trajetórias, as duas instituições já contavam com histórias sólidas, que remontam à primeira metade do século XX.

A volatilidade do contexto em que o Itaú Unibanco está inserido, especialmente a economia brasileira, contribuiu para estruturar o gerenciamento de riscos na organização, auxiliando na adaptação a mudanças. O Itaú Unibanco expandiu sua atuação para além das fronteiras do Brasil. Durante esse período adotou um modelo de negócios voltado para a criação de valor. O valor de mercado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 342,0 bilhões, 3 vezes maior do que a soma das duas instituições em 2008.

Destques

Conclusão da aquisição de participação minoritária na XP Investimentos

Em agosto de 2018, foi concluída a aquisição de participação minoritária de 49,9% da XP Investimentos por meio de aporte de capital no valor de R\$ 600 milhões e aquisição de ações no valor de R\$ 5,7 bilhões¹. O contrato prevê, ainda, uma única operação adicional em 2022, sujeita à aprovação futura do BACEN, a qual, se aprovada, permitirá ao Itaú Unibanco deter até 62,4% do capital social total da XP (equivalente a 40,0% das ações ordinárias) com base em um múltiplo de resultado (19 vezes) da XP, sendo certo que o controle do grupo XP permanecerá inalterado, com os acionistas da XP Controle Participações S.A.

¹ Valores da data da assinatura do contrato, que foram ajustados até a data da liquidação financeira

Investimento minoritário na Ticket

O Itaú Unibanco realizou investimento minoritário de 11% na Ticket, por meio de aumento de capital a ser integralizado com aporte de caixa, equivalente ao valor patrimonial da participação na empresa e de direito de exclusividade conferido à Ticket de distribuição dos produtos Ticket Restaurante, Ticket Alimentação, Ticket Cultura e Ticket Transporte à base de clientes pessoas jurídicas do Banco.

Resultados em IFRS ²

O crescimento do lucro líquido, tanto no trimestre quanto no ano, decorreu principalmente (i) do aumento das receitas com prestação de serviços, associado ao crescimento da base de clientes correntistas e das maiores receitas com administração de fundos, e (ii) do menor custo de crédito, relacionado com a melhora do risco de crédito de clientes do Banco de Atacado no Brasil.

R\$ Milhões	4T18	4T17	Δ%	2018	2017	Δ%
Produto bancário	28.718	24.815	15,7	104.200	111.523	- 6,6
Lucro Líquido	6.653	4.806	38,4	24.907	23.193	7,4
ROE	21,5%	16,1%	5,4p.p.	20,4%	19,6%	0,8p.p.
Carteira de Crédito				640.542	604.212	6,0

A **carteira de crédito**, incluindo garantias financeiras prestadas e títulos privados, atingiu R\$ 640,5 bilhões ao final de 2018, representando aumento de 6,0% em relação ao mesmo período de 2017. Em 2018, podem-se destacar as carteiras dos segmentos de Pessoas Físicas, que aumentou 9,9% e o de Micro, Pequenas e Médias Empresas, com

Relatório da Administração

crescimento de 14,0%. As despesas gerais e administrativas cresceram no ano influenciadas pela incorporação das operações de varejo do Citibank e pelo aumento das despesas na América Latina (excluindo Brasil), influenciado pela variação cambial.

² A partir do dia 1º de janeiro de 2018, passou a vigorar a nova norma contábil IFRS 9 sobre instrumentos financeiros. A norma apresenta modificações relevantes em classificação e mensuração, redução do valor recuperável (*impairment*) e contabilização de hedge, onde um dos pontos principais se refere à abordagem das perdas ocorridas. A partir da IFRS 9 serão tratadas como perdas esperadas ao invés de perdas incorridas.

A **gestão de capital**, componente primordial na busca da otimização da aplicação dos recursos dos acionistas e na garantia da solidez do banco, medida pelo índice de capital de Nível I Full, manteve em 2018 patamar acima do limite mínimo, atingindo 15,9% ao final do ano. Destaca-se que a geração de capital, via resultado e emissão de notas subordinadas perpétuas, suportou o crescimento dos ativos e a realização do investimento na XP, além de proporcionar distribuições de lucros aos acionistas em patamares superiores aos de 2017. Em janeiro de 2019, o Itaú Unibanco Holding emitiu R\$ 3,05 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, em negociações privadas com investidores profissionais, com impacto estimado de 0,4 p.p. no índice de capitalização Nível I a ser incorporado no 1º trimestre de 2019.

O Retorno sobre Patrimônio Líquido ('ROE') do Itaú Unibanco avançou 0,8% p.p. no último ano, alcançando 20,4% em dezembro de 2018, em IFRS.



Destaques

Adequação do uso dos ativos

Em 2018 a Companhia implementou iniciativas com vistas à adequação do uso de ativos, reavaliando aqueles ociosos ou com baixo retorno. Nesse contexto, alienou o negócio de chapas finas de fibra de madeira e relevantes ativos florestais excedentes, as transações contribuíram para a aceleração da desalavancagem financeira. Ainda como parte do processo de revisão de ativos, encerrou a operação industrial de chuveiros elétricos na unidade localizada em Tubarão/SC, do negócio Deca/Hydra, transferindo a produção para a unidade de Aracajú/SE.

Reavaliação de investimentos com foco na maior geração de valor aos seus acionistas

A Duratex vem trabalhando com maior disciplina de alocação de capital objetivando maior geração de valor aos seus acionistas. Dessa forma, alguns movimentos foram conduzidos em 2018 como a associação com o grupo austríaco Lenzing AG, anunciando a criação de uma *joint venture* (JV) para produção de celulose solúvel a partir da exploração do maciço florestal no Triângulo Mineiro pertencente a Duratex, com investimento total aproximado de USD 1 bilhão. A Duratex possui participação de 49% na JV e o começo da produção está previsto para 2022. Outro destaque foi a decisão de aportar na Ceusa o montante de R\$ 94 milhões, até o final de 2019, para modernização das linhas existentes e instalação de uma nova, elevando a capacidade produtiva em 83% para 11 milhões de m² por ano.

Resultados

A receita líquida totalizou em 2018 R\$ 4.949,4 milhões, aumento de 24,0% em comparação a 2017, favorecido pelo crescimento de 14,6% no último trimestre de 2018 frente ao apresentado no 4º trimestre de 2017. O incremento na receita líquida foi impactado pela venda de ativos biológicos na transação com a Suzano

R\$ Milhões	4T18	4T17	Δ%	2018	2017	Δ%
Receita Líquida	1.263,4	1.102,6	14,6%	4.949,4	3.990,9	24,0%
EBITDA	(83,3)	279,9	-	1.546,0	986,8	56,7%
Lucro líquido	(142,0)	84,6	-	431,8	185,0	133,4%
ROE	-11,3%	7,2%	-18,5p.p	8,8%	4,0%	4,8p.p.

Papel e Celulose. Desconsiderados esses efeitos, o crescimento anual teria sido de 16,7%. A participação do mercado externo na composição de receitas atingiu 19,2%, ou R\$ 948,1 milhões em 2018.

Relatório da Administração

A **Divisão Madeira** apresentou melhora de resultados no quarto trimestre de 2018, atingindo receita líquida de R\$ 847,0 milhões, superior em 22,4% quando comparada com o quarto trimestre de 2017. No ano, atingiu receita líquida de R\$ 3.272,8 milhões, superior em 30,1% quando comparada com o mesmo período de 2017. O resultado evidenciou a captura de iniciativas de redução de custos e ajustes de preço em painéis. O volume expedido registrou incremento de dois dígitos em 2018, com crescimento consistente ao longo do ano e manutenção de política comercial, que privilegiou a rentabilidade das operações com a manutenção do *market share*.

Com receita líquida de R\$ 1.483,1 milhões em 2018, a **Divisão Deca** apresentou resultado 3,6% superior ao registrado em 2017, evidenciando melhoria em um ano desafiador. Não houve retração no volume expedido, principalmente devido a estabilidade na demanda por materiais de construção no período e alto nível de estoque no varejo de materiais.

Operando sob a marca Ceusa, a **Divisão Revestimentos Cerâmicos** totalizou receita líquida de R\$ 48,0 milhões no 4T18, 8,6% maior que o mesmo período do ano passado. No ano, a divisão apresentou bons volumes de vendas (5,3 milhões de m² de revestimentos expedidos) e a receita líquida totalizou R\$ 193,5 milhões. A divisão apresentou desempenho consistente das operações no ano e receberá investimento nos próximos anos para aumento da capacidade produtiva.

O EBITDA alcançou R\$ 1.546,0 milhões em 2018 e foi afetado por diversos efeitos de natureza não recorrente, tais como a alienação de ativos, despesas com reestruturação e *impairment* de ativos. O EBITDA Recorrente, o qual excetua esses efeitos, atingiu R\$ 848,5 milhões, 11,6% superior ao de 2017 e é decorrente, essencialmente, da melhoria operacional e de resultados da divisão madeira e da consolidação dos resultados da Ceusa, a qual passou a integrar os resultados a partir de outubro de 2017.

O lucro líquido recorrente de 2018, que também desconsidera os eventos já descritos, foi de R\$ 271,2 milhões, 50,1% maior que 2017, e deriva da melhoria operacional detalhada acima aliada à menor despesa financeira líquida.

A dívida líquida era de R\$ 1.700,4 milhões ao final de 2018, o que equivale a 2,0x o EBITDA recorrente dos últimos 12 meses.



Destaques

Sucessão do Diretor Presidente, revisão do plano estratégico e das operações prioritárias

Em 2018 foi implementado plano estruturado de sucessão na liderança da Companhia. Roberto Funari, então membro do Conselho de Administração, foi anunciado como presidente no 2º semestre do ano, posição que passou a exercer a partir de janeiro de 2019. Roberto possui sólida carreira em gestão de negócios e marcas globais, estratégia corporativa e inovação, tendo ocupado cargos de alta liderança em empresas globais.

O plano estratégico da Companhia foi revisado ao longo do ano, o qual apontou marcas e operações prioritárias para os próximos anos culminando no desinvestimento da marca Topper, onde foi concluída a alienação de 21,8% (possível alienação da participação acionária remanescente sujeita ao exercício de opção de compra ou de venda) dos negócios de artigos esportivos na Argentina e no mundo, e de ativos relacionados ao negócio de botas profissionais (comercializados com a marca Sete Léguas), transação concretizada nos primeiros dias de 2019, fazendo com que a Alpargatas deixasse de atuar no segmento de botas profissionais.

Constituição de *joint venture* na Índia

Em 11.12.2018 foram concluídas as negociações com a Periwinkle Fashions Private Limited, sociedade indiana, para constituição naquele país de *joint venture* para desenvolvimento do negócio de Havaianas na Índia e que permitirá maior participação e exposição da marca Havaianas em grandes mercados consumidores de calçados e em geografias com crescimento acelerado no setor.

Resultados

Relatório da Administração

R\$ Milhões	4T18	4T17	Δ%	2018	2017	Δ%
Receita Líquida	1.199,8	1.103,6	8,7%	3.904,5	3.721,9	4,9%
EBITDA	123,6	56,7	117,9%	564,7	486,2	16,1%
Lucro Líquido	92,4	45,1	105,0%	324,0	350,6	-7,6%
ROE	12,8%	9,0%	3,8 p.p.	14,9%	17,1%	-2,2 p.p.

A receita líquida apresentou evolução de 8,7% e 4,9% no 4T18 e em 2018, respectivamente, decorrente principalmente do melhor desempenho operacional de Havaianas Brasil e do melhor resultado das operações internacionais de Havaianas, que foi favorecido pela variação cambial.

A receita líquida do **Brasil**, representada pelas marcas Havaianas, Dupé, Mizuno e Osklen, atingiu R\$ 2.669,9 milhões em 2018 (incremento de 10,4% em relação a 2017) e R\$ 944,9 milhões no 4T18, aumento de 12,9% em relação ao mesmo período de 2017. O resultado advém principalmente do aumento nos volumes de vendas de sandálias e de extensão da marca Havaianas para outros segmentos. No ano, destaca-se também o crescimento de volume de 9,6% em calçados esportivos.

Sandálias Internacional apresentou receita líquida de R\$ 710,3 milhões no acumulado de 2018. As vendas apresentaram aceleração no último trimestre do ano, com aumento de 29,3% em relação ao 4T17, impulsionadas pela expansão de 10,3% no volume, o qual foi beneficiado pelo crescimento nas regiões Europa e Oriente Médio (EMEA) e Ásia e Pacífico (APAC). Nota-se, ainda, o impacto positivo da variação cambial nos resultados do quarto trimestre bem como no restante do ano.

A receita líquida na **Argentina** em 2018 foi de R\$ 524,3 milhões, com redução de 21,1% em relação a 2017. Mesmo com a queda no volume de artigos esportivos, o ajuste de preços realizado em setembro de 2017 gerou maior receita líquida no 4T18 em moeda local, porém, em reais houve queda pela variação cambial. Artigos de vestuário tiveram bom desempenho em 2018, culminando em aumento de 28,4% no volume vendido no quarto trimestre, enquanto que o negócio têxtil decresceu volume vendido em 33,1% em 2018.

O EBITDA da Companhia em 2018 somou R\$ 564,7 milhões, valor 16,1% superior ao de 2017, e a margem de 14,5% foi 1,4 p.p. maior que a do ano anterior. No Brasil, o EBITDA de R\$ 561,2 milhões subiu 50,5% e a margem, de 21,0 %, foi 5,6 p.p. mais alta. Neste quesito, destaca-se R\$ 181 milhões de êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS no Brasil ocorrida em setembro de 2018. Em Sandálias Internacional, o EBITDA de 2018 foi de R\$ 77,6 milhões, queda de 22,1% em relação à 2017 visto que foram realizados investimentos no crescimento internacional ao longo de 2018 que deverão trazer retornos no futuro.

No acumulado de 2018, o lucro líquido atingiu R\$ 324,0 milhões, redução de 7,6% em relação ao apresentado em 2017. A geração operacional de caixa no ano somou R\$ 287,8 milhões e o saldo de caixa em 31.12.2018 alcançou R\$ 540,9 milhões.



Resultados

No quarto trimestre de 2018, a receita líquida da NTS atingiu R\$ 1.032 milhões e foi similar à observada no mesmo período do ano anterior, dada a característica de sua receita, proveniente de cinco contratos de longo prazo na modalidade firme (“ship-or-pay”). Em 2018 reestruturou sua dívida ao contratar financiamento mais atrativo, que culminou no resgate antecipado das debêntures emitidas em abril de 2017. O lucro líquido de 2018 totalizou R\$ 501,7 milhões.

R\$ Milhões	4T18	4T17	Δ%	2018	2017	Δ%
Receita Líquida	1.032,1	1.020,9	1,1%	4.040,9	4.112,5	-1,7%
Lucro líquido	501,7	461,5	8,7%	1.933,5	1.809,3	6,9%

Dividendos, Juros sobre Capital Próprio e redução de capital

No período de outubro a dezembro de 2018 foram recebidos pela Itaúsa dividendos/JCP brutos no montante de R\$ 35,2 milhões e no acumulado do ano R\$ 151,5 milhões. Em 2018 ocorreu redução do capital da Companhia no valor total de R\$ 693,7 milhões, mediante restituição de capital aos acionistas. Em dezembro de 2018, a Itaúsa recebeu o montante de R\$ 53,1 milhões referente a sua participação na NTS.

Relatório da Administração

5. GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 129 mil colaboradores ao final de 2018, incluindo aproximadamente 17 mil colaboradores em unidades no exterior. Sua estrutura própria, destinada a realização das atividades da *holding*, dispunha de 73 pessoas dedicadas ao final de 2018.

6. AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No exercício de 2018 não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Justificativa dos Auditores Independentes - PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

7. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas pela confiança em nós depositada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado, e aos nossos colaboradores, pela dedicação e comprometimento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

Notas Explicativas

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos (Duratex), calçados, artigos de vestuário e artigos esportivos (Alpargatas) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egidio de Souza Aranha que detém 63,27% das ações ordinárias e 18,61% das ações preferenciais, 33,96% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 18 de fevereiro de 2019.

Notas Explicativas

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não está disponível no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2018

CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”

O CPC 48 estabelece novos critérios para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. Esse pronunciamento substituiu o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado, a partir da combinação de dois fatores: o modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais do fluxo de caixa dos mesmos. A ITAÚSA adotou o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo assim, os saldos de períodos anteriores estão sendo reapresentados.

Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança o registro da variação no valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo. A ITAÚSA não teve qualquer impacto na adoção do CPC 48 para fins de classificação e mensuração de seus passivos financeiros.

Notas Explicativas

O CPC 48 também substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, que abrange todos os ativos financeiros classificados como custo amortizado e VJORA. Para a mensuração dessa perda, é avaliada a da situação creditícia específica das contrapartes e os prováveis impactos de mudanças em fatores econômicos ou conjunturais nas perdas de crédito.

Em relação à Contabilidade de *Hedge*, a Itaúsa continuará aplicando os requerimentos previstos no CPC 38, tal como permitido pelo CPC 48.

O maior impacto decorrente da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da ITAÚSA é oriundo dos efeitos apurados pela sua entidade de controle compartilhado ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. A tabela a seguir demonstra os principais efeitos da adoção do CPC 48 nas demonstrações do ITAÚ UNIBANCO na data da aplicação inicial (01/01/2017) e no fechamento de 31/12/2017:

	31/12/2017		01/01/2017
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo inicial de acordo com o CPC 38 (IAS 39) - atribuível aos acionistas controladores	134.840	23.903	122.582
Mudança de política contábil de baixa de ativos (a)	2.402	(78)	2.462
Perda esperada - operações de crédito e de arrendamento mercantil (b)	(8.574)	(1.192)	(7.385)
Perda esperada - demais ativos financeiros (b)	(1.284)	(756)	(530)
Modificação de ativos financeiros (c)	138	101	36
Ajuste a valor justo de ativos financeiros (d)	(540)	359	(787)
Efeito da Adoção nos Investimentos em Coligadas/Controladas em Conjunto	(116)	-	-
Impostos diferidos sobre os ajustes	4.324	522	3.774
Participação de acionistas não controladores	188	334	(57)
Total de ajustes	(3.462)	(710)	(2.487)
Saldo de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - atribuível aos acionistas controladores	131.378	23.193	120.095

(a) Mudança de políticas contábeis de baixa parcial de ativos financeiros, de acordo com o CPC 23, o que ocasionou a ativação proporcional alinhando o comportamento de recuperação dos ativos financeiros a sua realização econômica.

(b) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada, considerando informações prospectivas

(c) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos do CPC 48.

(d) Alteração no modelo de mensuração de ativos financeiros devido às novas categorias introduzidas pelo CPC 48.

CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”

O CPC 47 está baseado em uma abordagem de cinco etapas, que procura identificar os contratos com clientes, suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Ao final, a entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento, considerando a forma e o momento da transferência dos bens ou serviços aos clientes.

Esse pronunciamento substituiu o CPC 30 / IAS 18 – “Receitas” e o CPC 17 / IAS11- “Contratos de Construção”, bem como as interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação do CPC 47 não foi considerado relevante nas demonstrações contábeis da ITAÚSA.

Notas Explicativas**b) Impactos da adoção das novas normas na ITAÚSA**

	31/12/2017		01/01/2017
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Valores divulgados	56.222	8.522	50.679
Ajustes adoção novos Pronunciamentos	(1.303)	(259)	(929)
Valores reapresentados	54.919	8.263	49.750

ATIVO	Divulgado 31/12/2016	Ajustes	Reapresentado 01/01/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.434	-	2.434
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	45.522	(929)	44.593
Demais Ativos	11.064	-	11.064
TOTAL DO ATIVO	59.020	(929)	58.091
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Divulgado 31/12/2016	Ajustes	Reapresentado 01/01/2017
Passivos	8.341	-	8.341
Patrimônio Líquido	50.679	(929)	49.750
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59.020	(929)	58.091

ATIVO	Divulgado 31/12/2017	Ajustes	Reapresentado 31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.218	-	1.218
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	52.237	(1.303)	50.934
Demais Ativos	12.123	-	12.123
TOTAL DO ATIVO	65.578	(1.303)	64.275
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Divulgado 31/12/2017	Ajustes	Reapresentado 31/12/2017
Passivos	9.356	-	9.356
Patrimônio Líquido	56.222	(1.303)	54.919
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.578	(1.303)	64.275

c) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foi adotado antecipadamente:

- Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.
- CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” - A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil (cuja norma correlata é o CPC 06 (R1)) e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Notas Explicativas

A ITAÚSA e suas controladas pretendem aplicar a abordagem retrospectiva modificada, a qual não requer a apresentação de informações comparativas. A Administração estima que a transição para o CPC 06 / IFRS 16 acarretará uma variação não superior a 0,8% do Ativo Total, sem impactos no Patrimônio Líquido e está relacionado substancialmente às operações com arrendamento de terras rurais da controlada Duratex.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs, exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 13. O montante de ativo fiscal diferido em 31/12/2018 era de R\$ 1.294 (R\$ 1.158 em 31/12/2017).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 16.

O valor contábil dessas provisões em 31/12/2018 era de R\$ 1.710 (R\$ 1.471 em 31/12/2017).

Notas Explicativas

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 51 líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 8 líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 12.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 24b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou, se houver algum indicador, a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4 j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/12/2018	Porcentagem do capital em 31/12/2017
Joint Ventures				
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,55%	37,64%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A.	Brasil	Calçados, Vestuários e Artigos Esportivos	27,55%	27,55%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,67%	36,68%
Elekeiroz S.A. (*)	Brasil	Produtos Químicos	-	96,60%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	98,93%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%

(*) Em 04/06/2018 ocorreu a venda da totalidade das ações de emissão da Elekeiroz S/A, conforme nota 9 I c.

Notas Explicativas

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações com acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como resultado financeiro.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

Notas Explicativas

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo das características do fluxo de caixa dos mesmos e dos modelos de negócios utilizados pela entidade para a gestão dos ativos financeiros. As classificações utilizadas são: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde unicamente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda somente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios que envolva tanto a obtenção de fluxos de caixa contratuais desses instrumentos quanto a venda dos mesmos.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo (negociação). Tais ativos são classificados no ativo circulante.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e através de outros resultados abrangentes são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo, sendo que os efeitos da mudança no valor justo são reconhecidos, respectivamente, no resultado do período ou em outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros mensurados a custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando os títulos de dívida classificados como a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos na conta destacada do patrimônio líquido ("Ajuste de Avaliação Patrimonial"), são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro". Por outro lado, os ativos de patrimônio classificados como VJORA nunca terão seus efeitos de marcação à valor justo reconhecidos na demonstração do resultado, mesmo se forem vendidos, sendo que tais montantes deverão ser reclassificados para lucros acumulados.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria ITAÚSA e suas controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

III. *Impairment* de ativos financeiros

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não são considerados, para fins dessa avaliação, os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os instrumentos de patrimônio, mesmo que designados como valor justo através de outros resultados abrangentes.

Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA e suas controladas é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA e suas controladas designam determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Notas Explicativas

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

A partir do 3º trimestre de 2018, a ITAÚSA passou a reconhecer os efeitos da hiperinflação da Argentina oriundos de suas controladas em conjunto (Itaú Unibanco Holding e Alpargatas), conforme a IAS 29 – Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada anualmente, ou a qualquer tempo, se houver indicativo de *impairment* em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 12. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na

Notas Explicativas

demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

Notas Explicativas

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 18.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

Notas Explicativas

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

t) RECEITAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da ITAÚSA e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

I. Venda de Produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

II. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a ITAÚSA e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: setor financeiro e setor não financeiro, subdividido em Alpargatas e Duratex.

As informações por segmento estão apresentadas na Nota 25.

Notas Explicativas**NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	174	84
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	1.238	71
Certificado de Depósitos Bancários	1.009	992
Operações Compromissadas	-	71
Total	2.421	1.218

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	31/12/2018	31/12/2017
Investimento - NTS (*)	1.030	943
Letra Financeira do Tesouro	-	52
Total	1.030	995

(*) Refere-se a participação de 7,65% da ITAÚSA no capital da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, adquirida em 04 de abril de 2017.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 04 de abril de 2017, a ITAÚSA adquiriu debêntures emitidas pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, com vencimento em 10 anos, no valor total de R\$ 444, com remuneração de 100% do CDI mais juros de 4% ao ano.

Em 15/05/2018 ocorreu o resgate antecipado do valor total da debênture, no montante de R\$ 442, líquido de impostos.

Foi reconhecido no resultado do período, na rubrica Resultado Financeiro, o montante de R\$ 17 (R\$ 42 de 01/01/2017 a 31/12/2017), referente à receita de remuneração destas debêntures.

NOTA 6 – CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber		
Clientes no país	1.070	1.027
Clientes no exterior	182	138
Partes Relacionadas	39	35
Impairment	(76)	(109)
Total	1.215	1.091

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2018	31/12/2017
Vencimentos		
A vencer	1.092	1.025
Vencidos até 30 dias	66	45
Vencidos de 31 a 60 dias	31	16
Vencidos de 61 a 90 dias	13	8
Vencidos de 91 a 180 dias	16	8
Vencidos há mais de 180 dias	73	98
Total	1.291	1.200

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(109)	(100)
Constituição	(15)	(13)
Baixa de títulos	19	4
Baixa de Clientes - Elekeiroz (Nota 9 I c)	29	-
Saldo Final	(76)	(109)

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS**a) Outros Ativos**

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	96	96	-	99	99
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	90	-	90	630	-	630
Valores a Receber da Venda de Imobilizado ⁽¹⁾	284	13	297	59	32	91
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	5	111	116	4	128	132
Créditos com Precatório	-	-	-	-	2	2
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	56	59	3	46	49
Fomento nas Operações Florestais	-	10	10	-	13	13
Venda de Energia Elétrica	1	-	1	4	-	4
Venda de Investimento Elekeiroz (Nota 9 I c)	-	13	13	-	-	-
Outros	11	65	76	25	11	36
Total	394	364	758	725	331	1.056
Outros Ativos Não Financeiros						
Despesas Antecipadas	8	-	8	-	-	-
Propriedade para Investimento	-	24	24	-	26	26
Ativo Mantido para Venda	-	35	35	-	20	20
Outros	-	4	4	22	-	22
Total	8	63	71	22	46	68

(1) Refere-se basicamente à venda de fazendas da Duratex Florestal

b) Outros Passivos

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	438	-	438	350	-	350
Provisão de Pessoal	281	-	281	146	-	146
Contas a Pagar aos Sócios Participantes das SCPs ^(*)	27	94	121	44	94	138
Adiantamento de Clientes	21	6	27	19	5	24
Aquisição de Empresas	34	32	66	37	32	69
Frete e Seguros a Pagar	17	-	17	14	-	14
Comissões a Pagar	9	-	9	8	-	8
Aquisição Áreas Reflorestamento	6	-	6	5	-	5
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	-	4	4	13	4	17
Arrendamento Mercantil	-	9	9	-	9	9
Passivos Provisionados com Parceiros <i>Joint Operation</i>	-	35	35	-	25	25
Obrigações a Pagar - NTS	-	296	296	-	245	245
Outras Contas a Pagar	10	-	10	51	42	93
Total	843	476	1.319	687	456	1.143

(*) SCPs - Sociedade em Conta de Participação

Notas Explicativas**NOTA 8 – ESTOQUES**

	31/12/2018	31/12/2017
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	260	254
Produtos Acabados	324	385
Produtos em Elaboração	124	104
Almoxarifado Geral	116	124
Adiantamento a Fornecedores	1	3
Provisão para Perdas nos Estoques	(27)	(31)
Total	798	839

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS**I) ITAÚSA****a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto**

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto			Subsidiárias			
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman Company Ltd.
Patrimônio Líquido em 31/12/2016							
Capital Social	97.148	12.430	648	1.962	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.882)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.139)	(1.305)	(146)	398	-	-	-
Reservas	27.183	19.160	1.538	2.238	-	48	-
Outros	1.785	-	-	-	(216)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2016	120.095	30.285	1.976	4.570	56	310	2
Movimentações de 01/01 a 31/12/2017	11.283	3.246	210	145	(23)	(5)	-
Resultado Líquido	23.193	3.380	362	185	(23)	(5)	-
Ações em Tesouraria	(1.975)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(10.591)	(301)	(149)	(61)	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	653	171	(3)	19	-	-	-
Outras Movimentações	3	(4)	-	2	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/12/2017							
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	56	262	42
Ações em Tesouraria	(2.743)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.486)	(1.134)	(149)	417	-	-	-
Reservas	38.529	21.165	1.751	2.364	-	43	-
Outros	1.930	-	-	-	(23)	-	(40)
Saldo Contábil em 31/12/2017	131.378	33.531	2.186	4.715	33	305	2
Movimentações de 01/01 a 31/12/2018	5.404	1.312	195	(80)	(7)	2	-
Resultado Líquido	24.907	2.162	332	432	(7)	2	-
Ações em Tesouraria	811	-	-	2	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(19.842)	(726)	(208)	(546)	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(326)	(86)	73	37	-	-	-
Outras Movimentações ⁽¹⁾	(146)	(38)	(2)	(5)	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/12/2018							
Capital Social	97.148	16.000	648	1.962	56	262	44
Ações em Tesouraria	(1.820)	-	(64)	(26)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.812)	(1.220)	(76)	454	-	-	-
Reservas	43.146	20.063	1.873	2.245	-	45	-
Outros	2.120	-	-	-	(30)	-	(42)
Saldo Contábil em 31/12/2018	136.782	34.843	2.381	4.635	26	307	2

(1) Considera efeito dos ajustes de hiperinflação da Argentina.

Notas Explicativas**b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto**

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAUSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto			Subsidiárias			
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman Company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2017	4.958.290.359	710.454.184	241.608.525	689.305.842	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	4.979.926.668	710.454.184	241.608.551	691.784.501	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(21.636.309)	-	(26)	(2.478.659)	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação 31/12/2017	4.738.655.417	350.942.273	221.444.849	-	-	-	-
Ações do Capital Social	4.845.844.988	350.942.273	228.841.226	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	(107.189.571)	-	(7.396.377)	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2017	9.696.945.776	1.061.396.457	463.053.374	689.305.842	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2017	1.944.075.803	706.169.365	127.591.556	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.943.906.480	355.227.092	103.623.035	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	169.323	350.942.273	23.968.521	-	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2017							
No Capital Social	20,05%	66,53%	27,55%	36,68%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	39,21%	50,00%	42,89%	36,68%	98,93%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2018	4.958.290.359	710.454.184	241.608.525	689.467.756	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	4.958.290.359	710.454.184	241.608.551	691.784.501	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	-	-	(26)	(2.316.745)	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/12/2018	4.762.230.563	350.942.273	221.444.849	-	-	-	-
Ações do Capital Social	4.845.844.989	350.942.273	228.841.226	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	(83.614.426)	-	(7.396.377)	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2018	9.720.520.922	1.061.396.457	463.053.374	689.467.756	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2018	1.944.075.803	706.169.365	127.591.556	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.943.906.480	355.227.092	103.623.035	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	169.323	350.942.273	23.968.521	-	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2018							
No Capital Social	(1) 20,00%	66,53%	27,55%	36,67%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 39,21%	50,00%	42,89%	36,67%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 20% e indireta de 17,55%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,38% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,55% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 39,21% e indireta de 25,86%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51,71% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 65,06% de participação no capital votante.

Notas Explicativas**c) Movimentação dos Investimentos**

Investimentos	Controladas em Conjunto			Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman Company Ltd.	
Saldo do Investimento em 31/12/2016									
Participação Societária	23.899	20.149	-	1.619	108	55	310	2	46.142
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	79	-	-	-	-	-	-	-	79
Goodwill	460	-	-	-	-	-	-	-	460
Saldo Contábil em 31/12/2016	24.426	20.149	-	1.619	108	55	310	2	46.669
Movimentações de 01/01 a 31/12/2017	2.429	2.159	1.749	104	38	(23)	(6)	-	6.450
Resultado de Participação Societária	6.030	2.249	19	68	46	(23)	(6)	-	8.383
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.727)	(200)	(10)	(22)	(8)	-	-	-	(3.967)
Aquisições de Ações	-	-	1.740	51	-	-	-	-	1.791
Outros Resultados Abrangentes	129	113	-	7	-	-	-	-	249
Outras Movimentações	(3)	(3)	-	-	-	-	-	-	(6)
Saldo do Investimento em 31/12/2017									
Participação Societária	26.339	22.308	602	1.723	146	32	304	2	51.456
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	68	-	548	-	-	-	-	-	616
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	1.723	146	32	304	2	53.119
Valor de Mercado em 31/12/2017 ⁽¹⁾	103.709	-	2.223	2.308	249	171	-	-	108.660
Movimentações de 01/01 a 31/12/2018	1.006	874	(9)	(29)	(146)	(7)	2	-	1.691
Resultado de Participação Societária	8.073	1.439	27	158	32	(7)	2	-	9.724
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(6.973)	(483)	(56)	(200)	-	-	-	-	(7.712)
Venda de Ações	-	-	-	-	(178)	-	-	-	(178)
Outros Resultados Abrangentes	(65)	(57)	20	14	-	-	-	-	(88)
Outras Movimentações ⁽²⁾	(29)	(25)	-	(1)	-	-	-	-	(55)
Saldo do Investimento em 31/12/2018									
Participação Societária	27.356	23.182	656	1.694	-	25	306	2	53.221
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	57	-	485	-	-	-	-	-	542
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/12/2018	27.861	23.182	1.740	1.694	-	25	306	2	54.810
Valor de Mercado da Participação em 31/12/2018 ⁽¹⁾	129.576	-	2.172	2.991	-	165	-	-	134.903

(1) Divulgado apenas para as Cias abertas.

(2) Considera efeito dos ajustes de hiperinflação da Argentina.

Alienação do Controle Acionário da Elekeiroz

Em 04/06/2018 a Itaúsa concluiu a venda da totalidade das ações da Elekeiroz S.A, de sua titularidade, representadas por 14.261.761 ações ordinárias e 16.117.360 ações preferenciais, ao Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

Em 31/12/2018 o saldo a receber referente a ajustes de preço previstos em contrato era de R\$ 13.

Notas Explicativas**d) Participação na Alpargatas S.A.**

Em 12 de julho de 2017, a ITAÚSA firmou, em conjunto com a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. ("BW") e Cambuhy Investimentos Ltda. ("Cambuhy"), contrato de compra de 54,24% do capital da Alpargatas S.A., sendo que a ITAÚSA passou a deter, após a conclusão da operação, 27,12% do capital total da Alpargatas S.A. (27,55% considerando somente a quantidade de ações em circulação). Esse percentual é representado por 103.623.035 ações ordinárias (42,889% do total de ações ordinárias) e 23.968.521 ações preferenciais (10,474% das ações preferenciais).

A transação foi concluída em 20 de setembro de 2017, com o desembolso pela ITAÚSA de R\$ 1.740 e assinatura de Acordo de Acionistas entre a ITAÚSA, a BW e Cambuhy para gestão compartilhada da Alpargatas. Esse acordo contém, entre outras disposições, indicação majoritária e paritária de membros no Conselho de Administração da Alpargatas.

De acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 – "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", a participação da ITAÚSA na Alpargatas foi reconhecida como Investimento em Controlada em Conjunto e está avaliada pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data de aquisição.

A aquisição da empresa foi contabilizada tendo por base estudos para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, em cumprimento ao – ICPC 09 (R2) – "Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial" e ao CPC 15 / IFRS 3 – "Combinação de Negócios". Apesar da transação ter ocorrido em 2017, a apuração final da alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) foi finalizada pela ITAÚSA somente no primeiro semestre de 2018, conforme permitido pelo CPC 15.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Alpargatas, na data de aquisição, é apresentado a seguir:

	31/08/2017
Ativos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	4.970
Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	227
Contas a Receber de Clientes	508
Demais Contas a Receber	120
Estoques	598
Investimentos em Controladas	1.074
Intangíveis	1.536
Ativos Imobilizados	767
IR e CS Diferidos	58
Demais Ativos	82
Passivos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	(828)
Empréstimos e Financiamentos	(359)
Fornecedores	(229)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(37)
Impostos e Contribuições	(12)
Obrigações com Pessoal	(112)
Demais Passivos	(79)
Ativos Líquidos ao Valor Justo na Aquisição	4.142
% de participação adquirida pela Itaúsa	27,55%
Participação Adquirida pela Itaúsa (ao valor justo) (a)	1.141
Preço de Aquisição – Contraprestação Transferida (b)	1.740
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura - Goodwill (b - a)	599

Notas Explicativas

O quadro a seguir demonstra as principais informações das demonstrações contábeis da Alpargatas:

Informações	31/12/2018
Total de Ativos	3.323
Total de Passivos	942
Total do Patrimônio Líquido	2.381
Resultado Líquido	332

II) ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

Investimentos	Controladas em Conjunto			Associadas	Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.		
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 31/12/2017	6.030	2.249	19	(1)	8.297
Saldo Contábil do Investimento em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	22	50.934
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 31/12/2018	8.073	1.439	27	(2)	9.537
Saldo Contábil do Investimento em 31/12/2018	27.861	23.182	1.740	48	52.831

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	31/12/2018	31/12/2017
Ativos	1.552.802	1.436.244
Disponibilidades	37.159	18.749
Ativos Financeiros	888.785	832.532
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	536.091	497.719
Ativos Fiscais	42.835	44.254
Demais Ativos	47.932	42.990
Passivos	1.403.558	1.293.081
Passivos Financeiros	1.151.232	1.056.683
Provisão de Seguros e Previdência Privada	201.187	181.232
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	18.613	19.736
Demais Passivos	32.526	35.430

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receita de Juros e Rendimentos	133.177	145.641
Despesa de Juros e Rendimentos	(70.612)	(78.330)
Lucro antes dos Impostos	30.608	30.582
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(4.969)	(7.357)
Lucro Líquido	25.639	23.225
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	24.907	23.193
Outros Resultados Abrangentes	(326)	653
Resultado Abrangente	24.581	23.846

(*) Em 31/12/2018, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Notas Explicativas

c) Término do usufruto de parte das ações detidas pela IUPAR

Em novembro de 2008, por ocasião da associação entre Itaú e Unibanco, a Itaúsa e a família Moreira Salles conferiram à IUPAR (empresa constituída para controle do Itaú Unibanco) ações do capital do Itaú Unibanco, com reserva de usufruto de dividendos/Juros sobre Capital Próprio pelo período de 10 anos, o qual se encerrou em novembro de 2018. A participação indireta da Itaúsa no capital do Itaú Unibanco que estava com reserva de usufruto até nov/2018 representava 15,3%. A partir do término do usufruto, haverá incidência de PIS/Cofins sobre os valores de Juros sobre o Capital Próprio recebidos pela IUPAR do Itaú Unibanco.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2016								
Custo	755	1.119	4.675	61	60	125	200	6.995
Depreciação Acumulada	-	(445)	(2.444)	(40)	(51)	-	(122)	(3.102)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Saldo Contábil, líquido	755	665	2.098	20	9	117	78	3.742
Movimentações de 01/01 a 31/12/2017								
Aquisições	9	7	37	2	1	157	9	222
Baixas	(21)	-	(1)	-	-	(2)	(2)	(26)
Depreciação	-	(36)	(292)	(3)	(2)	-	9	(324)
Transferências	-	10	111	-	3	(138)	12	(2)
Redução ao Valor Recuperável (Impairment)	-	(3)	(48)	-	-	-	-	(51)
Outros	17	45	39	1	-	2	4	108
Saldo em 31/12/2017								
Custo	760	1.179	4.813	64	64	144	223	7.247
Depreciação Acumulada	-	(479)	(2.688)	(43)	(53)	-	(139)	(3.402)
Redução ao Valor Recuperável (Impairment)	-	(12)	(181)	(1)	-	(8)	26	(176)
Saldo Contábil, líquido	760	688	1.944	20	11	136	110	3.669
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Movimentações de 01/01 a 31/12/2018								
Aquisições	9	13	58	2	-	155	12	249
Baixas	(57)	-	-	-	-	-	(1)	(58)
Depreciação	-	(34)	(264)	(4)	(2)	-	(19)	(323)
Transferências (*)	(56)	8	116	-	4	(173)	6	(95)
Redução ao Valor Recuperável (Impairment)	-	(1)	(24)	-	-	-	(2)	(27)
Outros	10	2	-	-	-	-	-	12
Venda Ações Elekeiroz	(10)	(4)	(37)	-	-	(11)	-	(62)
Saldo em 31/12/2018								
Custo	656	1.145	4.399	61	66	107	234	6.668
Depreciação Acumulada	-	(473)	(2.606)	(43)	(53)	-	(155)	(3.330)
Saldo Contábil, líquido	656	672	1.793	18	13	107	79	3.338
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

(*) Refere-se à transferência para ativo disponível para venda, conforme nota 7a

Notas Explicativas

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2016					
Custo	98	23	259	412	792
Amortização Acumulada	(59)	(3)	-	(189)	(251)
Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	259	223	537
Movimentações de 01/01 a 31/12/2017					
Aquisições	9	-	-	-	9
Amortização	(8)	-	-	(27)	(35)
Outros	-	47	100	1	148
Saldo em 31/12/2017					
Custo	108	64	359	412	943
Amortização Acumulada	(68)	-	-	(215)	(283)
Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	39	64	359	197	659
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	
Movimentações de 01/01 a 31/12/2018					
Aquisições	27	-	9	-	36
Amortização	(8)	-	-	(28)	(36)
Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>) ⁽¹⁾	-	-	(212)	(12)	(224)
Venda Ações Elekeiroz	(3)	-	-	-	(3)
Outros	(1)	(8)	-	-	(9)
Saldo em 31/12/2018					
Custo	122	57	156	400	735
Amortização Acumulada	(68)	(1)	-	(243)	(312)
Saldo Contábil, líquido	54	56	156	157	423
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	

(1) Refere-se à redução ao valor recuperável das unidades de painéis, louças e chuveiros da controlada Duratex S.A..

O Ágio por Rentabilidade Futura (*Goodwill*) dos investimentos consolidados é decorrente das seguintes aquisições:

	31/12/2018	31/12/2017
Aquisições		
Satipel	-	188
Thermosystem	20	26
Cerâmica Monte Carlo	20	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	-	5
Metalúrgica Jacareí	-	2
Ceusa e Massima	99	99
Saldo Contábil, líquido	156	359

Notas Explicativas

NOTA 12 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA detém, através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Duratex S.A. (nova denominação da Tablemac S.A.) e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2018, essas empresas possuíam aproximadamente 157,3 mil hectares em áreas de efetivo plantio (179,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2017) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 5,7% a.a. em 31 de dezembro de 2018. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	1.030	1.045
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	544	654
Transferência para Outros Ativos	(9)	-
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.565	1.699

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

Notas Explicativas**c) Movimentação**

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.699	1.529
Varição do Valor Justo		
Preço Volume	148	215
Exaustão	(259)	(123)
Varição do Valor Histórico		
Formação	178	176
Exaustão	(192)	(98)
Saldo subtotal	1.574	1.699
Transferência para Outros Ativos	(9)	-
Saldo final	1.565	1.699

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(111)	92
Varição do Valor Justo	148	215
Exaustão do Valor Justo	(259)	(123)

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica Custos dos produtos e serviços da demonstração do resultado.

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 43,37 /m³ (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 43,24 /m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 74.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 5,7% a.a. em 31 de dezembro de 2018. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 14.

Notas Explicativas**NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.819	8.109
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(3.338)	(2.757)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social		
Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	3.229	2.911
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	3.243	2.821
Dividendos sobre Investimentos Avaliados ao Custo	45	53
Juros Sobre o Capital Próprio	(8)	(25)
Constituição (Reversão) de Crédito Tributário Diferido	(28)	57
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	(40)	-
Outras	17	5
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(109)	154

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	578	(13)	20	585
Créditos de Liquidação Duvidosa	11	(1)	-	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	16	18
Provisões para Passivos Contingentes	323	(9)	162	476
IR sobre Lucros no Exterior	-	-	11	11
Outros	47	(4)	15	58
Total do Ativo Fiscal Diferido	961	(27)	224	1.158
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(48)	3	-	(45)
Valor Presente de Financiamento	(6)	3	(1)	(4)
Resultado do Swap	(32)	28	-	(4)
Depreciação	(13)	-	(2)	(15)
Planos de Pensão	(37)	-	(2)	(39)
Venda de Imóvel	(18)	-	(1)	(19)
Ativos Biológicos	(192)	-	(31)	(223)
Carteira de Clientes	(76)	5	-	(71)
Outras Obrigações	(74)	1	(3)	(76)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	40	(40)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	465	13	184	662

Notas Explicativas

	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2018
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social (*)	585	(36)	10	559
Créditos de Liquidação Duvidosa (*)	10	(1)	1	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	18	-	11	29
Provisões para Passivos Contingentes (*)	476	(3)	96	569
IR sobre Lucros no Exterior	11	-	27	38
Outros	58	(13)	44	89
Total do Ativo Fiscal Diferido	1.158	(53)	189	1.294
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(45)	4	-	(41)
Valor Presente de Financiamento	(4)	3	-	(1)
Resultado do Swap	(4)	-	(8)	(12)
Depreciação	(15)	-	(2)	(17)
Planos de Pensão	(39)	3	(2)	(38)
Venda de Imóvel	(19)	13	-	(6)
Ativos Biológicos	(223)	37	-	(186)
Carteira de Clientes	(71)	7	(2)	(66)
Ajuste a Valor Justo sobre Investimento	(4)	-	(47)	(51)
Outras Obrigações (*)	(72)	31	(3)	(44)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	98	(64)	(462)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	662	45	125	832

(*) Nessas rubricas foram baixados os valores relativos à Elekeiroz, que totalizavam R\$ 18, em função da venda do seu controle acionário (nota 9 I c).

II – Abaixo demonstramos a estimativa de realização do Ativo Fiscal Diferido:

Ano	31/12/2018
2019	50
2020	368
2021	556
2022	54
2023	49
2024 em diante	217
Total	1.294

III – Em 31/12/2018, os créditos tributários não constituídos totalizam R\$ 162.

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 24 de maio de 2017 a ITAÚSA efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 12.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,9% do CDI, com pagamentos semestrais dos juros e amortização do valor principal em três parcelas anuais e sucessivas, em maio de 2022, 2023 e 2024.

Em 31 de dezembro de 2018 o valor atualizado dessas debêntures era de R\$ 1.208 (R\$ 1.208 em 31/12/2017).

Notas Explicativas

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	31/12/2018		31/12/2017	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda Nacional						
BNB	9,50% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	9	19
BNDES	IPCA + 1,96% a 2,26% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	2	7
BNDES	Pré 2,50% a 7,90% a.a.	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	-	3	2
BNDES	Pré 2,50% a 7,90% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	1	1
BNDES	Selic + 2,16% a.a.	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	-	1	-
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32% a.a.	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	-	42	102
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	12	20
BNDES com Swap	103,89% a 117,51% CDI	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	11	94	-	-
CCB - Safra	108,00% CDI	-	-	-	200	-
CRA	98,00% CDI	Fiança Duratex S.A	1	694	1	692
CREDITO EXPORTAÇÃO	103,89% a 117,51% CDI	-	246	303	203	534
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap	5,60% a 9,00% a.a.	-	-	-	20	-
DESCONTO DE DUPLICATAS	1,65% a.m.	-	-	-	4	-
EXIM SELIC	Selic + 3,60% a.a.	Nota promissória	-	-	56	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,30% a.a.	Nota promissória	-	-	117	-
FGPP - BANCO DO BRASIL com Swap	Pré 2,50% a 7,90% a.a.	-	4	385	-	-
FINAME	5,60% a 9,00% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	1	2	1	3
FINAME	5,60% a 9,00% a.a.	Alienação fiduciária e fiança	1	4	1	5
FINAME	SELIC + 4,28% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	1	-	1
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6% a.a.	Alienação fiduciária e nota promissória	15	29	11	44
FINAME	TJLP + 4,00% a 4,50% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	2	4	1	6
FINEP	3,50% a 4,00% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	6	5
FNE	7,53% a.a.	Fiança Duratex Florestal Ltda.	-	6	-	-
FUNDIEST	30% IGP-M a.m.	Fiança - Cia. Ligna de Investimentos	26	25	29	50
NCE - SAFRA	127,0% a 129,25% CDI	-	-	-	27	25
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	38	71	41	106
NOTA PROMISSÓRIA	104,5% CDI	-	-	540	-	505
Total Moeda Nacional			345	2.158	788	2.127
Moeda Estrangeira						
4131 - SAFRA	131,7% CDI	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	17	-
BNDES	Varição Cambial+ 2,12 a 2,16% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	3	4
CII	Libor + 3,95% a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	-	-	1	-
LEASING	DTF + 2,00%	Nota promissória	-	-	-	1
NCE - ABC	127,0% a 129,25% CDI	-	-	-	7	7
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,11% a 3,66% a.a.	Nota promissória	182	-	232	181
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,50% a.a.	Nota promissória	178	-	2	178
Total Moeda Estrangeira			360	-	262	371
Total Itaúsa Consolidado			705	2.158	1.050	2.498

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado.

	31/12/2018	31/12/2017
Vencimento		
2019	-	785
2020	1.288	925
2021	88	86
2022	710	697
2023	13	2
2024	13	3
2025	11	-
2026	11	-
2027	11	-
2028	11	-
Demais	2	-
Total	2.158	2.498
Reconciliação da dívida líquida	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos de curto prazo	705	1.050
Empréstimos de longo prazo	2.158	2.498
Total da dívida	2.863	3.548
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	(2.421)	(1.218)
Dívida líquida	442	2.330

Notas Explicativas**NOTA 16 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/12/2018	31/12/2017
Tributário (*)	203	210
Crédito Prêmio de IPI de 1980 a 1985	121	119
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	10	13
INSS - Contribuições Previdenciárias	58	37
PIS e COFINS	2	21
Outros	12	20
Cível (*)	6	18
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	6	15
Outros	-	3
Total	209	228

(*) Em 31 de dezembro de 2018, não foram considerados os valores relativos à Elekeiroz em função da venda do seu controle acionário (nota 9 I c).

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lancamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	919	100	22	1.041
Atualização/Multa	242	10	2	254
Constituição	199	47	4	250
Reversão	(20)	(19)	(6)	(45)
Pagamentos/Conversão em Renda	(14)	(35)	(10)	(59)
Aquisição/Combinação de Negócios - Ceusa e Massima	9	6	20	35
Transferência para Outros Passivos (*)	(5)	-	-	(5)
Saldo Final	1.330	109	32	1.471
(-) Depósitos Judiciais	(33)	(22)	-	(55)
Saldo em 31/12/2017 após compensação Depósitos Judiciais	1.297	87	32	1.416

(*) Refere-se à controlada Duratex face à adesão da empresa ao programa de parcelamento.

Notas Explicativas

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	1.330	109	32	1.471
Atualização/Multa	63	9	2	74
Constituição	224	38	4	266
Reversão	-	(29)	(14)	(43)
Pagamentos/Conversão em Renda	(6)	(27)	(3)	(36)
Baixa - Venda do Controle Acionário da Elekeiroz	(3)	(12)	(7)	(22)
Saldo Final	1.608	88	14	1.710
(-) Depósitos Judiciais	(242)	(19)	(1)	(262)
Saldo em 31/12/2018 após compensação Depósitos Judiciais	1.366	69	13	1.448

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – R\$ 1.492: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS pelo regime cumulativo.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2018, esses processos totalizavam R\$ 1.179 para causas tributárias, R\$ 58 para causas trabalhistas e R\$ 60 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 626: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 289 Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 79: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 60: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 18: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 17: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R\$ 13: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

Notas Explicativas

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em reunião de 24/05/2018, o Conselho de Administração homologou as seguintes deliberações:

- Elevar o capital social subscrito e integralizado de R\$ 37.145 para R\$ 38.515, mediante emissão de 175.641.026 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 66.355.919 ordinárias e 109.285.107 preferenciais, para subscrição particular ao preço de R\$ 7,80 por ação;
- Elevar o capital social subscrito e integralizado de R\$ 38.515 para R\$ 43.515, mediante capitalização de reservas de lucros. Foram emitidas 764.927.089 novas ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação preferencial nova para cada 10 (dez) ações ordinárias e/ou preferenciais que possuíam na data-base;

Em reunião de 12/11/2018, o Conselho de Administração deliberou cancelar 3.500.000 ações preferenciais de emissão própria existentes em tesouraria, mediante absorção de R\$ 32 consignados em Reservas de Lucros.

O capital subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 43.515, dividido em 8.410.697.988 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.889.839.643 ações ordinárias e 5.520.858.345 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

O capital social poderá ser aumentado até o limite de 12.000.000.000 de ações, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Notas Explicativas

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos:

	31/12/2018			
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2017	2.821.665.246	2.693.462.873	5.515.128.119	27.411
Residentes no Exterior 31/12/2017	1.818.478	1.956.683.276	1.958.501.754	9.734
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações	-	(3.500.000)	(3.500.000)	-
Bonificação de 10% em Ações	-	764.927.089	764.927.089	-
Subscrição de Ações	66.355.919	109.285.107	175.641.026	1.370
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2018	66.355.919	870.712.196	937.068.115	6.370
Residentes no País	2.887.785.145	3.318.421.750	6.206.206.895	32.109
Residentes no Exterior	2.054.498	2.202.436.595	2.204.491.093	11.406
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2018	2.889.839.643	5.520.858.345	8.410.697.988	43.515
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Ações Adquiridas ⁽¹⁾	-	(3.500.000)	(3.500.000)	-
Cancelamento de Ações	-	3.500.000	3.500.000	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2018	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2018	2.889.839.643	5.520.858.345	8.410.697.988	
Em Circulação em 31/12/2017 ⁽²⁾	2.823.483.724	5.397.509.136	8.220.992.860	

	31/12/2017			
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2016	2.854.100.005	3.294.812.608	6.148.912.613	27.389
Residentes no Exterior em 31/12/2016	831.049	2.023.374.725	2.024.205.774	9.016
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	2.854.931.054	5.318.187.332	8.173.118.386	36.405
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(77.789.229)	(7.778.923)	(85.568.152)	-
Subscrição de Ações	46.341.899	87.100.727	133.442.626	740
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2017	(31.447.330)	79.321.804	47.874.474	740
Residentes no País em 31/12/2017	2.821.665.246	3.244.975.685	6.066.640.931	27.411
Residentes no Exterior 31/12/2017	1.818.478	2.152.533.451	2.154.351.929	9.734
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	2.823.483.724	5.397.509.136	8.220.992.860	37.145
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 ⁽¹⁾	(26.819.000)	(2.681.900)	(29.500.900)	
Ações Adquiridas	(50.970.229)	(5.097.023)	(56.067.252)	-
Cancelamento de Ações	77.789.229	7.778.923	85.568.152	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2017 ⁽²⁾	2.823.483.724	5.397.509.136	8.220.992.860	
Em Circulação em 31/12/2016 ⁽²⁾	2.828.112.054	5.315.505.432	8.143.617.486	

(1) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação do período de 31/12/2017 e 31/12/2016 foram ajustadas pela Bonificação de 10% em Ações Preferenciais, homologada em 24/05/2018.

Notas Explicativas**b) Ações em Tesouraria**

No período de 01/01 a 31/12/2018 a ITAÚSA negociou com suas próprias ações, conforme segue:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	(2.681.900)	(29.500.900)	(204)
Ações Adquiridas	(50.970.229)	(5.097.023)	(56.067.252)	(449)
Cancelamento de Ações	77.789.229	7.778.923	85.568.152	653
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Ações Adquiridas	-	(3.500.000)	(3.500.000)	(32)
Cancelamento de Ações	-	3.500.000	3.500.000	32
Ações em Tesouraria em 31/12/2018	-	-	-	-

c) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte.

I. Cálculo

Lucro Líquido	9.436	
(-) Reserva Legal	(472)	
Base de Cálculo do Dividendo	8.964	
Dividendo Mínimo Obrigatório	2.241	25,00%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	8.427	94,01%

II. Remuneração aos Acionistas

	Data do Pagamento	Valor por Ação		Bruto	IRRF	Líquido
		Bruto	Líquido			
Pagos		0,2388	0,2374	2.009	(12)	1.997
Dividendos Trimestrais	02/07/2018	0,0150	0,0150	126	-	126
Dividendos	30/08/2018	0,1992	0,1992	1.676	-	1.676
Juros sobre o Capital Próprio	30/08/2018	0,0096	0,0082	81	(12)	69
Dividendos Trimestrais	01/10/2018	0,0150	0,0150	126	-	126
Provisionados		0,0481	0,0469	404	(10)	394
Dividendos Trimestrais	02/01/2019	0,0200	0,0200	168	-	168
Juros sobre o Capital Próprio	07/03/2019	0,0081	0,0069	68	(10)	58
Dividendos Trimestrais	01/04/2019	0,0200	0,0200	168	-	168
Registrados em Reservas de Lucros		0,7643	0,7176	6.429	(393)	6.036
Juros sobre o Capital Próprio	07/03/2019	0,3111	0,2644	2.617	(393)	2.224
Dividendos	07/03/2019	0,4532	0,4532	3.812	-	3.812
Total em 31/12/2018		1,0512	1,0019	8.842	(415)	8.427
Total em 31/12/2017 ⁽¹⁾		0,8876	0,8029	7.296	(695)	6.601

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações.

Notas Explicativas

d) Reservas Integralizadas

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

• Reservas estatutárias

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de Lucros	12.706	15.685
Legal	1.746	1.374
Estatutárias	10.960	14.311
Equalização de Dividendos	1.961	4.847
Reforço do Capital de Giro	1.194	1.594
Aumento de Capital de Empresas Participadas	1.376	2.868
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	6.429	5.002
Reservas de Capital	633	719
Total das Reservas na Controladora	13.339	16.404

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio que excedem ao dividendo mínimo obrigatório.

Detalhamento das Reservas	Reservas de Capital	Reserva de Lucros		Total das Reservas
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	
Saldo em 31/12/2017	719	1.374	14.311	16.404
Constituição de Reservas	-	472	122	594
Cancelamento de Ações	-	-	(32)	(32)
Aumento de Capital com Reservas	-	(100)	(4.900)	(5.000)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	-	-	6.429	6.429
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018 - Exercício 2017	-	-	(5.002)	(5.002)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	-	-	1	1
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	(1) (86)	-	(2) 31	(55)
Saldo em 31/12/2018	633	1.746	10.960	13.339

Considera principalmente:

(1) Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações.

(2) Efeito dos ajustes de hiperinflação da Argentina e das Reorganizações Societárias do Itaú Unibanco Holding S.A..

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**NOTA 18 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES****Plano para Outorga de Opções de Ações – Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2018
Total de opções de ações outorgadas	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74	9,02
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00	5,19
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos	8,8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,1 anos	3,9 anos	3,8 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2018
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%	38,09%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%	4,67%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos anos de 2015 e 2017 não houve outorga de opção de ações.

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência					Demais Períodos
					31/12/2017	31/12/2018			Vencidas	2007 a 2015	2016	2017	2018	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	-	-	9,79	-	1	1	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	-	-	8,88	-	25	25	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.132.434	-	7,26	-	19	19	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	-	-	3,98	-	9	9	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	685.019	-	7,04	-	9	9	-	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.227.778	1.080.061	5,11	9	-	9	-	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	658.552	581.774	5,69	6	-	6	-	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.025.843	897.255	6,54	9	-	7	2	-	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	1.872.257	1.648.223	4,48	8	-	5	2	2	-	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	990.050	784.800	4,00	6	-	-	1	1	1	1
26/04/2018	1.046.595	31/12/2021	até 31/12/2026	9,02	-	1.032.356	5,19	5	-	-	-	-	1	5
Soma	20.720.343				7.591.933	6.024.469		43	63	90	5	3	2	6
Efetividade de exercício								94,90%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%
Valor apurado								41	61	87 ⁽¹⁾	5 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	2 ⁽⁴⁾	5 ⁽⁵⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2015.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2017.

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2018.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2018 a Duratex S.A. possuía 2.316.745 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

NOTA 19 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços	6.667	6.247
Mercado Interno	5.566	5.457
Mercado Externo	1.101	790
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(1.292)	(1.278)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	5.375	4.969

NOTA 20 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Varição do valor justo dos ativos biológicos	148	215
Varição nos estoques de produtos acabados	217	171
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.658)	(2.628)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(1.004)	(999)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(783)	(549)
Despesas de transporte	(385)	(314)
Despesas de publicidade	(84)	(177)
Outras despesas	(502)	(401)
Total	(5.051)	(4.682)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Custo dos produtos e serviços	(4.011)	(3.674)
Despesas com vendas	(721)	(686)
Despesas gerais e administrativas	(319)	(322)
Total	(5.051)	(4.682)

Notas Explicativas**NOTA 21 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Reversões (provisões) para Contingências	-	(245)
Amortização Intangível	(35)	(34)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(14)	(5)
Resultado na Venda de Imobilizado ⁽¹⁾	621	58
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	-	15
Receita de Aluguel	9	9
Perda de valor recuperável de ativos imobilizado e intangível ⁽²⁾	(224)	(51)
Crédito prêmio IPI	-	38
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio NTS	151	175
Adesão ao Programa especial de regularização tributária - PERT	-	37
Créditos Prodep - Reintegra	14	13
Créditos Tributários - Trânsito em Julgado de Processos Judiciais	-	15
Resultado na Venda de Investimento Elekeiroz (Nota 9 l c)	(121)	-
Outros	(25)	24
Total	376	49

(1) Resultado com venda de fazendas da Duratex Florestal

(2) Refere-se à redução ao valor recuperável das unidades de painéis, louças e chuveiros da controlada Duratex S.A..

NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	267	257
Variação cambial ativa	84	31
Atualizações monetárias (receita)	69	39
Juros e descontos obtidos	18	56
Outras receitas financeiras	3	4
Total das Receitas Financeiras	441	387
Despesas Financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(384)	(359)
Variação cambial passiva	(123)	(47)
Atualizações monetárias (despesa)	(65)	(83)
Operações com derivativos	68	(52)
Taxas bancárias	(7)	(16)
Imposto de operações financeiras	(2)	(7)
Outras	(36)	(37)
Total da Despesas Financeiras	(549)	(601)
Total do Resultado Financeiro	(108)	(214)

Notas Explicativas**NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro Líquido	9.436	8.144
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(55)	(54)
Subtotal	9.381	8.090
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(29)	(28)
Subtotal	9.352	8.062
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	3.213	2.779
Aos Detentores de Ações Preferenciais	6.139	5.283
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	3.242	2.807
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	6.194	5.337
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.867.721.003	2.825.107.353
Ações Preferenciais	5.480.116.942	5.370.182.654
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	1,13	0,99
Ações Preferenciais	1,13	0,99

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de dezembro de 2018 com 8.546 participantes (8.736 em 31 de dezembro de 2017).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 7a) no total de R\$ 111 (R\$ 123 em 31 de dezembro 2017). Foi reconhecido no resultado do período a despesa de R\$ 12 (receita de R\$ 6 de 01/01/2017 a 31/12/2017).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a receber decorrente da destinação de parte da reserva especial do Plano BD às patrocinadoras, registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 7a), era de R\$ 5 (R\$ 9 em 31/12/2017), a ser realizado em 6 (seis) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de Desconto	9,13% a.a.	9,75% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	6,36 % a.a.	6,62 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,25 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,25 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem aquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Setor Financeiro e Setores não Financeiros.

A ITAÚSA tem como parte de seu objeto social a participação no capital social de outras empresas de diversos segmentos. Seus principais investimentos são: Duratex e Alpargatas, que atuam no setor não financeiro, e o Itaú Unibanco Holding, que atua no setor financeiro.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Setor Financeiro

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de dezembro de 2018 podem ser acessadas no site <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/>.

• Setor não Financeiro

No setor não financeiro temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos e serviços fornecidos pelas empresas:

I) Alpargatas: suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos. A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios da Alpargatas e suas informações não são consolidadas, sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

II) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca, Ceusa e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir os principais indicadores das empresas do portfólio ITAÚSA, extraídos das respectivas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

	Janeiro a Dezembro	Setor Financeiro	Setor Não Financeiro	
				
Ativos Totais	2018	1.552.797	3.980	9.622
	2017	1.436.239	3.846	9.465
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2018	171.838	3.905	4.949
	2017	190.103	3.722	3.991
Lucro Líquido	2018	24.907	332	432
	2017	23.193	362	185
Patrimônio Líquido (PL)	2018	136.782	2.381	4.634
	2017	131.378	2.186	4.715
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽²⁾	2018	20,4%	14,9%	8,8%
	2017	19,6%	17,0%	4,0%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2018	55.841	495	1.208
	2017	60.431	553	1.014

(1) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Alpargatas e Duratex: Vendas de Produtos.

(2) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'17 + mar + jun + set + dez) / 5.

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas**NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Aplicações Financeiras	20	37	1	2
Itaú Unibanco S.A.	20	37	1	2
Clientes	39	35	165	100
Partes Relacionadas de Controladas (*)	39	35	165	100
Prestação de Serviços/Aluguéis	(8)	-	(5)	(7)
Itaú Corretora S.A.	-	-	(4)	(2)
Itaú Unibanco S.A.	(8)	-	(1)	(1)
Itaú Seguros	-	-	-	(1)
Itaú BBA	-	-	-	(3)
Total	51	72	161	95

(*) Referem-se à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. e Fer. S.A. e Fibria Celulose, além de custos com arrendamento rural com a Ligna Florestal Ltda.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Duratex S.A.	73	104
Elekeiroz S.A.	-	102
Itautec S.A.	34	48
Total	107	254

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da ITAÚSA e de suas controladas foi:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração	38	37
Participações no Lucro	21	25
Opções de Ações	2	4
Total	61	66

Notas Explicativas

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 936 (R\$ 71 em 31/12/2017), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *NDF (Non Deliverable Forward)*: esse tipo de operação tem o objetivo de zerar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (*Ptax*);
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2018	31/12/2018	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	37	37	-
Posição Ativa	784	832	37	-
Moeda Estrangeira (USD)	355	393	32	-
Taxa Pré-Fixada	385	395	5	-
IPCA +	44	44	-	-
Posição Passiva	(784)	(795)	-	-
CDI	(784)	(795)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	137	136	2	-
Compromisso de Venda	137	136	2	-
NDF	137	136	2	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2017	31/12/2017	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	16	17	-
Posição Ativa	634	659	17	-
Moeda Estrangeira (USD)	614	639	17	-
Taxa Pré-Fixada	20	20	-	-
Posição Passiva	(634)	(643)	-	-
CDI	(634)	(643)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	102	102	-	-
Compromisso de Venda	102	102	-	-
NDF	102	102	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3 / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	4	(3)	(11)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		(4)	3	11
	Swap - IPCA+ / CDI	Aumento CDI	(5)	(69)	(153)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas IPCA+		5	69	153
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	10	(95)	(199)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(10)	95	199
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	34	67
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	(34)	(67)
Total			-	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Notas Explicativas

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/12/2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	711	1.375	1.960	25
Fornecedores e Outras Obrigações	449	2	-	23
Total	1.160	1.377	1.960	48

31/12/2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.050	1.710	1.188	808
Fornecedores e Outras Obrigações	365	-	245	32
Total	1.415	1.710	1.433	840

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas Explicativas

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/12/2018	31/12/2017
Ativos		5.424	4.806
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	174	84
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.247	1.134
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	3	1.030	995
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	2	-	444
Clientes	2	1.215	1.091
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	90	630
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	96	99
Outros Ativos Financeiros	2	572	329
Passivos		5.317	6.775
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	4.071	4.756
Fornecedores / Outras Obrigações	2	474	642
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	772	1.377

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as Demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os seus PAA são temas advindos dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa correspondente opinião e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela exclusão do assunto relacionado a aquisição do controle compartilhado da Alpargatas.

Porque é um PAA

Controlada em conjunto – Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") – (Nota explicativa 9)

O investimento em conjunto no IUH representa 77% dos ativos consolidados da Companhia.

O IUH é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização.

O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas essas modalidades e devido ao histórico de aquisições e porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa

Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para perda esperada de créditos;
- Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Créditos tributários;
- Intangível - Ágio;
- Provisão para passivos contingentes.

Em função do exposto acima, continuamos a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, como áreas de foco de auditoria. Nosso exame, também como auditores do IUH, abrangeu, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nosso exame, também como auditores do IUH, abrangeu, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria:

-Em relação ao ambiente de tecnologia da informação:

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes em controles relevantes e, quando necessário, testes dos controles compensatórios e a execução de testes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função.

A combinação dos testes sobre os controles e outros testes adicionais nos permitiram estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas do IUH para o propósito de nosso trabalho.

-Em relação às estimativas contábeis críticas:

Aplicamos testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações, incluindo os controles da administração para implementação do IFRS 9 – Financial Instruments.

Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da administração do IUH. Também, testamos a integridade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos.

Realizamos testes relacionados à existência, valor correto, integridade e registro no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos assessores jurídicos do IUH.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão dentro de intervalos aceitáveis frente às normas contábeis.

Porque é um PAA

Investimento na Controlada – Duratex S.A. (Nota explicativa 9)

O investimento na controlada Duratex S.A. representa aproximadamente 3% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e é a subsidiária que representa a maior empresa individual incluída no processo de consolidação.

As demonstrações contábeis da Duratex S.A. apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Em nosso entendimento, as principais estimativas contábeis são:

- Valor recuperável dos ativos intangíveis – “Goodwill”;
- Mensuração do valor justo dos ativos biológicos; e
- Realização dos tributos diferidos.

Devido às incertezas inerentes a esses tipos de estimativas, as mesmas foram consideradas área de foco na auditoria das demonstrações contábeis das Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os auditores da Duratex S.A. com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos especialistas dos auditores da Duratex S.A. quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Duratex; e
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequados para mitigar os riscos associados de distorções relevantes sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações relevantes de auditoria. Quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, comunicamos também, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti

Contador CRC 1SP172940/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. (Itaúsa) procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018, as quais foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que emitiu relatório sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2019. São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2019. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Flavio Cesar Maia Luz, Guilherme Tadeu Pereira Júnior, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2019

DATA, HORA E LOCAL: em 18 de fevereiro de 2019, às 9:00 horas, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, Sala 501, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foram objeto de recomendação favorável pela Comissão de Finanças, a Diretoria deliberou, por unanimidade, declarar, em atendimento aos requerimentos estatutários e observância às normas da Comissão de Valores Mobiliários (incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM 480/09), que:

- (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes, referentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018; e
- (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2019. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2019

DATA, HORA E LOCAL: em 18 de fevereiro de 2019, às 9:00 horas, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, Sala 501, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foram objeto de recomendação favorável pela Comissão de Finanças, a Diretoria deliberou, por unanimidade, declarar, em atendimento aos requerimentos estatutários e observância às normas da Comissão de Valores Mobiliários (incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM 480/09), que:

- (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes, referentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018; e
- (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2019. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores